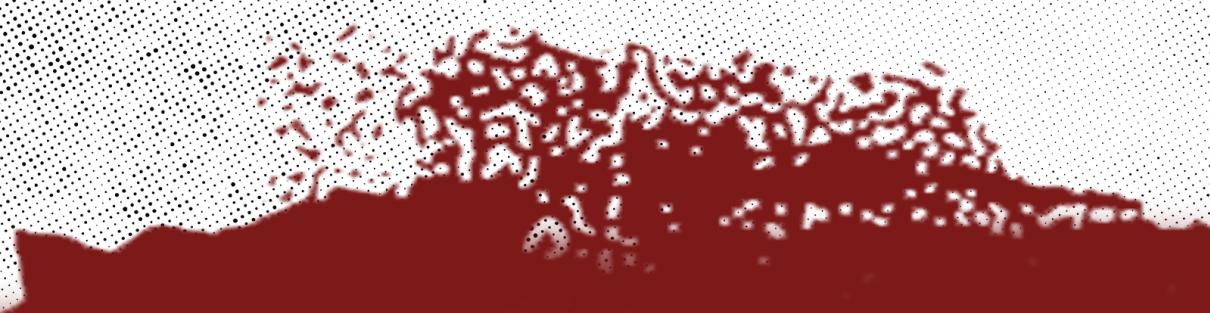
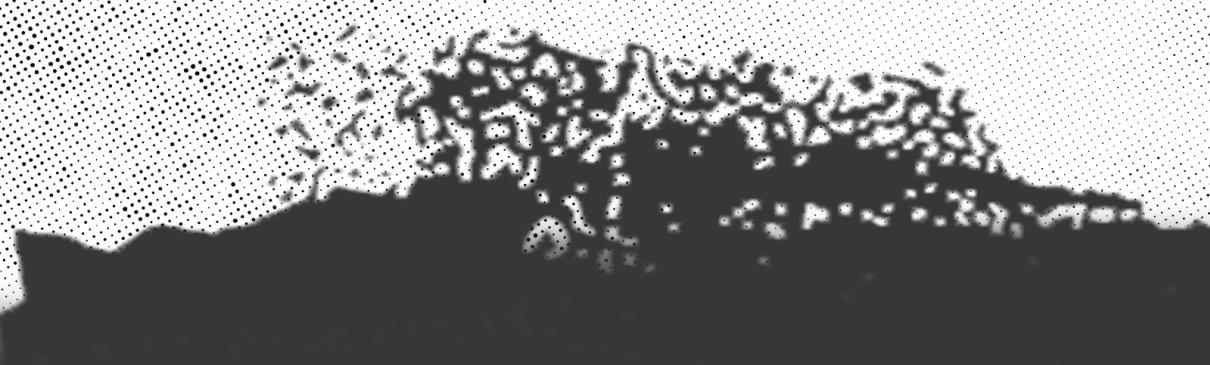


MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
(ORGANIZADORES)



A **ANTROPOLOGIA** E O ESTUDO DOS **GRUPOS SOCIAIS**

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
(ORGANIZADORES)



A
ANTROPOLOGIA
E O ESTUDO DOS
GRUPOS SOCIAIS

Editora chefe	
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira	
Editora executiva	
Natalia Oliveira	
Assistente editorial	
Flávia Roberta Barão	
Bibliotecária	
Janaina Ramos	2023 by Atena Editora
Projeto gráfico	Copyright © Atena Editora
Camila Alves de Cremo	Copyright do texto © 2023 Os autores
Luiza Alves Batista	Copyright da edição © 2023 Atena
Nataly Evilin Gayde	Editora
Imagens da capa	Direitos para esta edição cedidos à
iStock	Atena Editora pelos autores.
Edição de arte	Open access publication by Atena
Luiza Alves Batista	Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof^a Dr^a Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof^a Dr^a Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^a Dr^a Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina s
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
aProf^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A antropologia e o estudo dos grupos sociais

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Maria Filomena Rodrigues Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A636 A antropologia e o estudo dos grupos sociais /
Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela
Maura Catarino, Maria Filomena Rodrigues Teixeira. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1162-8
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.628230504>

1. Antropologia. I. Purificação, Marcelo Máximo
(Organizador). II. Catarino, Elisângela Maura (Organizadora).
III. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). IV.
Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Caros leitores, saudações.

Apresentamos a obra “A antropologia e o estudo dos grupos sociais”, organizada em 4 capítulos, que promovem um discurso ativo sobre o diálogo, comportamento e ações humano em grupos sociais diversos. O primeiro capítulo, organizado por Lourdes Helena Martins da Silva e Maria Luiza Lorenzoni Bernardi, tem por objetivo identificar em que medida as exigências do programa de transferência de renda - auxílio brasil - e concessão do auxílio-reclusão transformam-se em obstáculos para seu acesso. O segundo capítulo, de autoria de Aline de Jesus Moraes, tem como objetivo apresentar análises sobre o uso de recursos imagéticos, mais especificamente a fotografia, na pesquisa e produção científica das ciências sociais. O capítulo terceiro, escrito por Adriana da Silva Esquiavan e Adelcio Machado Santos, apresenta como objetivo identificar o papel dos pais na alimentação infantil. E concluímos a obra, com o quarto capítulo, que reflete sobre o significado das práticas pedagógicas de professoras membros da Congregação Cristã do Brasil (CCB) no que diz respeito aos temas que permeiam a religiosidade. Apontando os significados expressos pelas participantes que trazem a dificuldade de trabalhar com a diversidade em sala de aula, principalmente quando se trata de questões de afro-religiões, sexualidade, drogas e outros temas transversais. É um texto, escrito por: Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Maria Luzia da Silva Santana e Filomena Teixeira. Portanto, um livro de grande contribuição reflexiva e dialógica que pode contribuir para a ampliação no campo da antropologia e ciências sociais e humanas. Desejamos a todos uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Elisângela Maura Catarino

Maria Filomena Rodrigues Teixeira

CAPÍTULO 1	1
SOBREVIVENDO: A REALIDADE DEPOIS DO CÁRCERE	
Lourdes Helena Martins da Silva	
Maria Luiza Lorenzoni Bernardi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6282305041	
CAPÍTULO 2	13
MODOS DE VER UMA IMAGEM: POSSIBILIDADES E USOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Aline de Jesus Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6282305042	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DOS PAIS NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL	
Adriana da Silva Esquiavan	
Adelcio Machado Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6282305043	
CAPÍTULO 4	33
A TRÍADE RELIGIOSIDADE, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS: DIÁLOGO COM PROFESSORAS MEMBROS DA CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL (CCB)	
Marcelo Máximo Purificação	
Elisângela Maura Catarino	
Maria Luzia da Silva Santana	
Filomena Teixeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6282305044	
SOBRE OS ORGANIZADORES	43
ÍNDICE REMISSIVO	46

CAPÍTULO 1

SOBREVIVENDO: A REALIDADE DEPOIS DO CÁRCERE

Data de aceite: 03/04/2023

Lourdes Helena Martins da Silva

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Pelotas. Docente no Curso de Direito e Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário da Região da Campanha

Maria Luiza Lorenzoni Bernardi

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Docente no Curso de Direito; Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera do Rio Grande

RESUMO O aumento expressivo do encarceramento feminino tem como um dos fatores a criminalização da pobreza de mulheres marcadas, em sua realidade material, por diferenciadores sociais. Diante da ausência de políticas públicas voltadas para a reinserção social de mulheres egressas do sistema penitenciário, a questão da inclusão social pelo trabalho e geração de renda torna-se relevante quando se queira diminuir as possibilidades de reincidência criminal. As estatísticas de gênero apontam para uma menor ocupação

das mulheres pelo mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Neste aspecto, programas sociais de transferência de renda podem representar importante amparo diante da condição de vulnerabilidade de mulheres egressas do sistema carcerário. A partir da narrativa de uma mulher presa que reúne várias categorias da diferenciação social em sua trajetória de vida, pretendeu-se, neste estudo, identificar em que medida as exigências do programa de transferência de renda - auxílio brasil - e concessão do auxílio-reclusão transformam-se em obstáculos para seu acesso. A falta de opções de inserção no mercado formal de trabalho e a condição de vulnerabilidade revelam, para muitas mulheres, o tráfico como um espaço de trabalho e sustento da família. A enorme dificuldade de reconstruir a vida depois da experiência do encarceramento permeada pela mobilidade limitada desde o momento que sai da prisão, ausência de documentos, vínculos afetivos frágeis, estigmatização, preconceito, falta de moradia, a falta de qualificação e experiência profissional importam na diminuição das possibilidades de trabalho e geração de renda que efetivamente poderiam assegurar a reinserção social e econômica de uma apenada. A exclusão

digital e a dificuldade de acesso às informações necessárias ao exercício de direitos, além de suprimir a autonomia do sujeito, revelam-se como fatores que dificultam o acesso à renda, reforçando a exclusão social. Trabalha-se com a metodologia da história de vida, cujo método de pesquisa possibilita trabalhar a subjetividade como fonte de pesquisa, permitindo ativar o que há retido na memória, dando voz a sujeitos que não estão muitas vezes incluídos na história. Como referencial teórico tem-se Lahire (2004), Barcinski(2009) e Collins; Bilge (2021).

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Inclusão. Mulheres egressas do sistema carcerário.

ABSTRACT The significant increase in female incarceration has as one of the factors the criminalization of poverty of women marked, in their material reality, by social differentiators. Faced with the absence of public policies aimed at the social reintegration of women released from the penitentiary system, the issue of social inclusion through work and income generation becomes relevant when one wants to reduce the possibilities of criminal recidivism. Gender statistics point to a lower occupation of women by the labor market, be it formal or informal. In this regard, social income transfer programs can represent important support in view of the vulnerable condition of women who leave the prison system. Based on the narrative of a woman prisoner who brings together several categories of social differentiation in her life trajectory, the aim of this study was to identify the extent to which the requirements of the income transfer program - Brazil Aid - and the granting of reclusion aid become obstacles to access. The lack of options for entering the formal labor market and the condition of vulnerability reveal, for many women, trafficking as a space for work and family support. The enormous difficulty of rebuilding life after the incarceration experience permeated by limited mobility from the moment you leave prison, lack of documents, fragile affective bonds, stigmatization, prejudice, homelessness, lack of qualification and professional experience matter in the decrease possibilities for work and income generation that could effectively ensure the social and economic reintegration of a convict. Digital exclusion and the difficulty in accessing information necessary for the exercise of rights, in addition to suppressing the subject's autonomy, reveal themselves as factors that hinder access to income, reinforcing social exclusion. It works with the methodology of life history, whose research method makes it possible to work with subjectivity as a source of research, allowing to activate what is retained in memory, giving voice to subjects who are not often included in the story. As a theoretical reference we have Lahire (2004), Barcinski(2009) and Collins; Bilge (2021).

KEYWORDS: Public Policies. Inclusion. Women released from the prison system.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com a maior taxa de aprisionamento, considerando-se o número total de pessoas privadas de liberdade e o número populacional total do país. A população carcerária, de um modo geral, triplicou entre os anos de 2000 à 2019¹, mas o número de mulheres privadas de liberdade, neste mesmo período, aumentou em mais de cinco vezes, quintuplicando os dados pertinentes a elas, revelando o maior crescimento do encarceramento feminino. Dados estatísticos extraídos do Levantamento Nacional de

¹ Departamento Penitenciário Nacional (Depen)

Informações Penitenciárias (INFOOPEN) de junho de 2017² dão conta de 37.828 mulheres privadas de liberdade, o que importa em 35,52 mulheres presas para cada 100 mil mulheres. Dados do INFOOPEN/2017 identificam, no cenário nacional, uma população feminina caracterizada essencialmente por uma maioria de mulheres de cor negra (46, 8%), com 18 a 24 anos (25,22%), com ensino fundamental incompleto (44,42%), solteiras (58,55%), com um filho (28,91) e dois filhos (28,27%), condenadas, majoritariamente, pelo tráfico de drogas (59,98%), com penas que variam entre quatro a oito anos (42,20%). Contrariando os dados nacionais, no Estado gaúcho, a maioria das mulheres presas são 66,37% brancas, sendo apenas 10, 20% negras, com idade entre 35 a 45 anos (30,23%), com ensino fundamental incompleto (52,18%), solteiras (59,8%), 79,57% delas, tem filhos, a maioria com dois filhos (18,22%) (SUSEPE). Em novembro de 2021, o Departamento de Economia e Estatística vinculado à Secretaria de Planejamento Governança e Gestão³, aponta para uma população gaúcha composta por 79% de pessoas brancas e 21% de negras, o que pode justificar a diferença entre a conjuntura nacional e a regional. Na cidade de Bagé, na região da Campanha, interior do Rio Grande do Sul, onde se realizou o presente estudo, em fevereiro de 2021, tinha-se uma população carcerária de 600 presos, dentre eles 40 mulheres⁴, em 02 de novembro de 2022, sendo a maioria por tráfico de drogas.

Buscou-se identificar, na vida de uma trabalhadora do tráfico, as possibilidades de trabalho e de inclusão social e a existência de políticas sociais voltadas à inclusão de mulheres que tenham vivido o encarceramento. Dados estatísticos apontam para o fato de as mulheres encontrarem mais obstáculos para encontrar trabalho, sendo mais afetadas pela “desocupação de longo prazo” (IBGE, 2020, p. 47). O desequilíbrio na “distribuição de renda pessoal” ou as conexões sociais e “os sistemas multicausais” implicadas no “paradigma da renda” revelam a “desigualdade material existente na sociedade brasileira” (SANTOS, 2015, p. 79). A maior dificuldade na inserção no mercado de trabalho coloca a mulher em uma condição de vulnerabilidade social, podendo o tráfico de drogas, em determinados contextos, representar uma oportunidade de trabalho e geração de renda para mulheres. O tráfico de drogas frequentemente se revela como “alternativa de trabalho e de sustento” ou “alternativa de pertencimento a uma rede de trabalho” (BARCINSKI, 2011, p. 1846), ainda que não se aceite o discurso do “determinismo social” que possa associar de forma inexorável “pobreza e exclusão social” com criminalidade. A experiência do encarceramento agrega outros elementos que acentuam essa situação de dificuldade de acesso ao trabalho.

Optou-se por uma entrevista com uma mulher que se autodeclara negra e que cumpriu duas penas por tráfico de drogas, já que ela reúne várias categorias de diferenciação social em sua narrativa pois “quanto maior o número de marcadores em um mesmo corpo, maior

2 Disponível em <https://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infoopen-mulheres>. Acesso em 01/07/2022.

3 Disponível em <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/18175612-relatorio-tecnico-dee-panorama-das-desigualdades-de-raca-cor-no-rio-grande-do-sul.pdf>.

4 Dados obtidos diretamente no Presídio Regional de Bagé no dia 02 de novembro de 2022.

a exclusão” (BAVON, 2020). A discussão racial no cenário do cárcere permite que se pense na questão da desigualdade entre as mulheres encarceradas e como a questão da cor pode servir para hierarquizar as pessoas (COLLINS; BILGE, 2021).

Foram realizadas quatro entrevistas em momentos distintos, entre dezembro de 2021 a junho de 2022. A questão da busca pelo trabalho perpassa e define a trajetória da interlocutora até e durante o encarceramento e a renda auferida com essas atividades definem sua classe social, sendo esta uma categoria que “tem uma grande capacidade de explicar a sociedade”, fornecendo “informações estratégicas para entender as relações sociais”, revelando “um conjunto de circunstâncias sociais nas quais o indivíduo está inserido” (ALMEIDA; SZWAKO, 2009).

Neste estudo trabalha-se com história oral de vida porque com esta metodologia pode-se chegar à “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2004, p. 16). Uma abordagem mais pessoal devolve: “a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (THOMPSOM, 1992, p. 337). A história oral é um método de pesquisa que permite “ativar ou materializar o que existe em estado oral retido na memória, ou mesmo o que foi abafado por processos de cernimento” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 25).

APARECIDA CONTA SUA TRAJETÓRIA

Aparecida hoje se enquadra no perfil da maioria da população carcerária no cenário nacional, sendo assim, “uma pessoa qualificada em geral por referência a uma categoria estatística” (THEVENOT, 1995), não fosse o fato de sua escolaridade estar acima do padrão estabelecido e de ter origem em uma família de classe média, embora hoje sua renda a coloque na classe popular. Com intuito de colaborar com as pesquisas que estão sendo realizadas pelas entrevistadoras, aceitou contar sua história. Em todas as entrevistas, Aparecida falou ininterruptamente, contando suas histórias com um pouco de dramatização - olhares, bocas, gestos - por vezes até com um pouco de suas músicas. Apesar do olhar que no fundo revela alguma tristeza, ela ri com facilidade e sua risada contagia quem a ouve.

Aparecida, desde seu primeiro casamento, sempre trabalhou. Trabalhava na capital mineira em um escritório de contabilidade, como funcionária, e depois passou à condição de autônoma e empreendedora, como se define. É uma mulher negra, com 56 anos de idade e conceitua sua profissão como cantora e artesã, possui ensino médio completo e é natural de Belo Horizonte/MG. Cumpriu sua segunda condenação por tráfico de drogas. Teve dois filhos de seu primeiro casamento, João e Paulo. O primeiro com 38 anos e o segundo, com 37 anos de idade. João está preso no Presídio em Bagé por ter sofrido condenação também por tráfico de drogas, como a mãe, e Paulo está em Belo Horizonte.

O pai dos filhos de Aparecida também mora na capital mineira, mas não mantém mais contato com ele há muito tempo. A família de origem dela mora em Belo Horizonte. São seis irmãos – quatro homens e duas mulheres – ela é a mais velha dessa família mineira de classe média. Sua mãe faleceu durante o cumprimento da primeira condenação. Seu pai, engenheiro de profissão, possui uma condição financeira, descrita por ela como “estável”, tem uma irmã que é médica. A mãe tem curso superior e sempre ficou responsável pelo cuidado dos filhos e da casa. Enquanto morou em Minas Gerais teve uma vida muito diferente da que passou a ter no Rio Grande do Sul. No Sul foi cantora, dona de boate, dona de bares, artesã e comerciante- até começar a trabalhar no tráfico de drogas. No contexto do tráfico, as disposições decorrentes de suas experiências e vivência familiar mostraram-se menos definidores de seu comportamento do que outros esquemas de ação que se revelaram mais fortemente presentes diante de outros processos de socialização que vivenciou (LAHIRE, 2004).

Em 2009, foi condenada a cinco anos e dois meses de prisão por tráfico de drogas e um ano pelo crime de receptação. No ano de 2015, quando terminava de cumprir sua pena em prisão domiciliar, sofreu nova condenação, novamente por tráfico, motivo que fez com que fosse novamente encarcerada. A segunda condenação de oito anos e dois meses de reclusão terminou em 30 de julho de 2022.

A trajetória de Aparecida no Rio Grande do Sul e em seus “empreendimentos” começa no ano de 1998 quando chegou no Sul, na cidade de Rio Grande, divorciada do pai de seus filhos e na companhia de um gaúcho que conheceu e se apaixonou em Belo Horizonte, trazendo consigo seus dois filhos pequenos. Com o passar do tempo, começou a cantar com bandas, as crianças foram crescendo e seu segundo casamento também termina, pois o companheiro passou a infernizar sua vida. De Rio Grande segue para Porto Alegre, de Porto Alegre para Viamão, após para Guaíba e depois para Pelotas. Em Pelotas passa a cantar “em uma casa noturna”, relembrando as emoções de sua estreia no “famoso” estabelecimento, em que foi “aplaudida de pé”, depois de oferecer-se para cantar “por um prato de comida”. Quando Aparecida fala desse momento da sua vida, demonstra sua habilidade vocal, cantando a primeira frase do refrão de uma canção de Alcione – “minha estranha loucura”. Na “renomada casa noturna” de Pelotas permanece trabalhando por quatorze anos, quando então, a casa fecha, deixando Aparecida e mais dezoito funcionários desempregados “com uma mão na frente e outra atrás”, diz ela, se referindo à precariedade da situação financeira que todos ficaram. A partir daí, começa a cantar em “boatezinhas” do interior, chegando, enfim, na cidade de Pinheiro Machado, lugar que marca o encontro de Aparecida com as drogas.

Em Pinheiro Machado, comprou uma boate, levando para trabalhar com ela, mulheres que eram agredidas ou abusadas em outras boates por onde havia passado como cantora da noite. Conta que a casa noturna funcionava em um imóvel grande que havia alugado, cuja estrutura contava com um grande salão, local de funcionamento da

boate, onde havia um bar e música ao vivo e, no lado oposto do imóvel, um corredor com diversos quartos, onde aconteciam os encontros dos frequentadores/clientes com as mulheres que ali trabalhavam. Aparecida, portanto, pagava o aluguel e os demais custos do imóvel, os músicos, provia a comida para todas as trabalhadoras da casa e, ainda tinha, para si a responsabilidade de outra funcionária - uma babá - que contratou para cuidar das crianças para que as mulheres pudessem trabalhar a noite. As meninas, como refere Aparecida, em sua grande maioria, eram usuárias de drogas, cujo vício era sustentado pelos homens frequentadores da casa noturna. Nessas condições, Aparecida não tinha domínio total da situação, porque suas mulheres precisavam sair em busca de drogas. Conta que seu negócio era instável, tinha dificuldades para custear as despesas mensais que eram altas e as drogas representavam a possibilidade de um ganho extra para garantir as despesas mensais com a manutenção da casa e do sustento das meninas que trabalhavam e moravam em uma parte da casa, nos fundos do imóvel. Passou, então, a vender drogas dentro da boate. Diz que nunca ficou devendo dinheiro para o traficante de quem comprava uma certa quantidade de droga à vista, normalmente cocaína e maconha, e que mantinha um menino para preparar a droga e vender nas noites de funcionamento da sua casa noturna.

Em 2009, a boate sofreu uma “batida” da polícia quando foram encontrados no chão do salão dois pequenos papelotes contendo droga embrulhados em plástico. No momento da apreensão, Aparecida é presa, por ser a proprietária da casa, apesar de “aquela droga achada não ser minha, como eu era a dona da casa, fiquei com a responsabilidade”. Este foi o primeiro processo e a primeira condenação de Aparecida - cinco anos e dois meses de reclusão que terminaram sendo cumpridos no Presídio Regional de Bagé - e foi assim que ela chega nesta cidade.

Depois de começar o cumprimento de sua pena, deixou de se comunicar com sua família, que ficou sem receber notícias dela por mais de um ano quando, afinal, depois de muito procurarem, terminaram descobrindo que estava presa. Foi através de uma ligação telefônica (via celular infiltrado na prisão) para sua irmã, que Aparecida conversou com a família para contar a sua condição de presidiária. A partir de então, Aparecida passou a receber, mensalmente, de sua mãe, o sedex - pacote ou caixa, enviado pelos correios, contendo itens de higiene pessoal para lhe dar um pouco de conforto na cadeia. Presa que recebe sedex costuma dividir os produtos com outras mulheres do seu grupo – o que, em alguma medida, confere “status” e poder no grupo da presa, que não está assim “tão abandonada”.

Fraturada a relação com a rede de afeto de sua família de origem, Aparecida se vê recolhida à prisão, por outros caminhos. Lá, em um lugar que lhe era diferente, experimenta a solidão e o abandono que são, como explicam Santos; Silva (2019):

uma forma de punição para esta mulher que não se manteve na sua condição de docilidade e obediência, situação que se inscreve no meio social como tão

necessária quanto a privação de liberdade, o que dispõe à mulher um retorno ao lugar subserviente que lhe condiz. De acordo com Oliveira e Cavalcanti (2007, p. 40), “a violência então seria toda e qualquer ação que torna alguém desprovido de autonomia ou causa a sua violação, estabelecendo assim uma ‘condição geral de subordinação’”. Ou seja, uma mulher que comete um crime, independentemente da circunstância, se apropria de uma posição ativa e, protagonista desse cenário que rompe com o seu lugar social, tem como resposta não apenas o aprisionamento jurídico, mas a violência multifacetada que se direciona ao seu gênero, marcada por abandono e negligência.

A distância entre Belo Horizonte e Bagé contribuiu para que houvesse esse sentimento de “abandono afetivo” também causado pelo “estigma de transgressão às normas e moral incutidas ao feminino, as dificuldades que algumas instituições carcerárias impõem às visitas íntimas, os constrangimentos que os familiares passam em dias de visita no momento de revista, que faz algumas presas preferirem abdicar desse direito” (SANTOS; SILVA, 2019).

Foi aí que Aparecida viu no casamento a possibilidade de passar a receber algum tipo de ajuda material. Por isso se ligou⁵ a um homem preso que, na época, era o Chefe da Cozinha, cuja mãe, semanalmente, levava uma sacola com alguns itens de higiene pessoal e alimentos. A liga estabelece um vínculo com a família do novo marido que incorpora essa mulher, gerando novos trajetos a partir de outros entes que se associam nesse sistema de conexões.

Na *sacola* do marido Chefe da cozinha, “algumas coisas” passaram a ser destinadas à Aparecida, já que “pessoa presa que não tem família precisa se adaptar”, diz a entrevistada, deixando claro a importância da família, no caso, a do marido, durante o encarceramento, detalhando como tudo aconteceu:

“o que acontece, me desculpa, vou ter que ser franca, como é que você vai ficar numa cidade, sem família, sem uma ajuda financeira, então as meninas diziam: olha, casa com o Chefe da Cozinha, que tu vais ficar bem, né? Os outros não tem condição, ele tem condição, a mãe dele visita, vai trazer uma bolsinha, vai trazer umas coisinhas boas na bolsa. Eu não amava, não sentia nada pelo cara, mas o medo de passar fome, o medo de passar por necessidade, me fez terminar casando com ele, fiz a liga com ele e fiquei com ele, só que com ele na rua, não funcionou”.

Trabalhar na prisão nunca foi um problema para Aparecida. Fazia do trabalho uma forma de esquecer do lugar onde se encontrava. Além de se dedicar a produção das bonecas e ensinar o artesanato para outras mulheres presas, na sua primeira cadeia “trabalhou para os guardas” - na cozinha da administração - assim, garantia o almoço e o jantar. Conta ainda que, na medida do possível, sempre teve o apoio de uma funcionária, assistente social do presídio que a auxiliava comprando os produtos de artesanato, como tecidos, rendas, fitas, tudo a partir das recomendações que Aparecida colocava no papel

⁵ Liga significa o registro junto a administração da casa penal de uma relação de afeto entre uma mulher presa e um homem preso, para que ele passe a recebê-la nas visitas íntimas. Para que haja uma “liga” é necessário haver um ajuste de união estável entre os que passam a estar ligados, o que legitimará a condição de “visita”.

onde colava os pedacinhos dos materiais identificando ao lado as quantidades desejadas.

Seguindo a trajetória de Aparecida, quando sai do presídio para a rua (na sua primeira prisão domiciliar), no final da primeira pena, em 2013, passa a ter direito ao trabalho externo e assume uma das poucas vagas disponíveis num PAC⁶ firmado entre a SUSEPE/RS⁷ e a Prefeitura Municipal de Bagé, onde recebia uma remuneração equivalente a 75% do salário mínimo da época, o que viabilizou alugar uma casa, cujo valor era complementado por sua mãe e passou a fazer “comida para fora” como forma de se sustentar. Logo em seguida, comprou um bar, ou melhor, foi proprietária de três bares em bairros diversos da cidade. Mas, em 2015, Aparecida é presa novamente por “plantar” droga na prisão, através de uma “armação”, segundo ela, organizada pelo próprio filho, João, que estava recolhido na mesma unidade prisional onde Aparecida havia cumprido sua primeira pena. Com a prisão, seu companheiro da época vendeu todo patrimônio que havia conseguido conquistar. Pelo segundo processo por tráfico de drogas, ela recebeu uma pena ainda maior, pela reincidência - condenação de 8 anos e 2 meses de privação de liberdade.

Em agosto de 2020 liga-se a outro homem preso, Carlos, mas esse casamento, segundo Aparecida, é diferente do primeiro. Naquele, a liga tinha por objetivo, receber a atenção da família do marido (sogra), através dos itens que entravam para ela na sacola dele, não tendo nunca se apaixonado por ele. Na liga com Carlos, ela fala: “esse casamento eu gosto dele, não é a *sacola*, até porque ele não tinha e quem ajudou ele fui eu. Esse foi, é uma coisa assim... a gente bah! é complicado, mas eu gosto dele”.

Nesta segunda prisão, Aparecida não quis “trabalhar para os guardas” e optou pela limpeza semanal do alojamento, seguindo com suas atividades de produção de “bonecas de pano” e “lembrancinhas para aniversários” que são encomendadas pelos familiares de outros presos/presas e pelos funcionários do sistema.

Com a saída do presídio, inicialmente em prisão domiciliar, Aparecida segue com o “empreendimento” que tinha com seu segundo marido- o negócio dos lanches dentro da unidade prisional. Carlos, marido de Aparecida, prepara e vende lanches dentro da prisão para ajudar no sustento próprio e da esposa. Todos os itens necessários para a confecção dos lanches são comprados e transportados por Aparecida na *sacola* semanal que ela leva quando visita o companheiro. Como na época eram permitidos dez itens, Aparecida “comprava” espaço nas *sacolas* de outras mulheres para distribuir os gêneros alimentícios, pagando o valor de R\$ 60,00 por *sacola*, inserindo seus produtos que tem como destinatário, o companheiro. Os lanches vendidos por Carlos dentro do Presídio, eram pagos pelos familiares dos presos na rua e Aparecida, na rua, fazia a cobrança desses valores. Uma nova ordem de serviços editada pela SUSEPE, em maio de 2022, termina com o empreendimento do casal - a visita é deslocada para os sábados e a *sacola* passa a admitir apenas cinco itens, podendo ela ser entregue somente no dia da visita.

6 Protocolo de Ação Conjunta.

7 Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul.

O problema é que Aparecida não pode, durante sua prisão domiciliar, sair de casa nos sábados e assim, não há mais visitas, nem sacolas e nem venda de lanches. Com o fim das visitas, do negócio e das sacolas, o “casamento” também termina. Diante da nova realidade, Aparecida passa a “empreender” de outra forma, vendendo roupas, lingerie, roupas de cama, mesclando um brechó com suas mercadorias novas e um bar, tudo no espaço de sua casa, no final da zona leste da cidade de Bagé. E é com esta receita que pretendeu pagar o aluguel de sua casa e demais despesas.

Embora negue sofresse qualquer espécie de discriminação relacionada a sua cor enquanto cumpria sua pena, conta ressentida que era chamada pelas colegas de “velha”. Quando da realização de entrevistas com outras apenadas que cumpriram pena com Aparecida, elas narram episódios onde Aparecida sofria preconceito em virtude de sua cor.

QUANDO O TRÁFICO DE DROGAS SE REVELA ENQUANTO ALTERNATIVA DE TRABALHO

Aparecida desde que deixou Minas Gerais toma as rédeas de sua vida, abandonando a experiência do “emprego” tradicional⁸, para buscar “tomar seu lugar e fazer de si seu melhor patrimônio” (BENDASSOLI, 2000, p. 217), tornando-se “uma organização de si mesma”, rompendo, com muitas de suas escolhas, com modelos socialmente definidos. Na trajetória de Aparecida e em seus empreendimentos, percebe-se a presença de uma “correlação entre capacidade de ação e de mobilização” (LEITE; SALAS, 2014, p. 87), ainda quando suas opções não se desenvolvam dentro de padrões estabelecidos convencionalmente como “legais”. Fora da prisão, continuou com o negócio que ali criou junto com o companheiro que trabalhava enquanto ela “gerenciava” os negócios. Até que, mais uma vez, o negócio terminou por circunstâncias que não estão ao alcance dela, mesmo assim, Aparecida, dentro das possibilidades que tem, procura garantir sua sobrevivência assumindo, enquanto ator social, a responsabilidade” em “superar a situação de vulnerabilidade em que vive” (MARTINS, 2020, p. 6). Embora tente iniciar um “negócio” em sua nova casa na zona leste da cidade, a casa agora é espaço dos seus negócios- o empreendimento não é suficiente para manter seu sustento, agora que não conta com o dinheiro dos lanches vendidos no Presídio de Bagé.

Para sobreviver Aparecida, além de seus empreendimentos comerciais, tentou fazer “faxinas”, ofereceu seus serviços para suas vizinhas, mas acredita que o preconceito que há quando descobrem sua condição de “ex-presidiária”, aumenta a dificuldade de encontrar trabalho. Nas vendas de seu brechó e loja tem lingeries aponta para a localização de sua casa- espaço de negócios- como elemento dificultador de seus negócios, além do número expressivo de inadimplência- várias clientes não tem pago as compras realizadas.

Nesse contexto, ganha relevância o debate sobre políticas sociais que possam ser

8 As atividades empreendedoras de Aparecida são tomadas aqui, aos moldes da literatura acadêmica mais tradicional, como “ações econômicas” (LEITE; MÁXIMO E MELO, 2008, p. 35).

destinadas às mulheres egressas do sistema penitenciário pensadas enquanto “padrões de proteção social” enquanto “resposta e forma de enfrentamento” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51) ao problema da reinserção social e do trabalho, especialmente em um cenário de “potenciação da constituição de uma superpopulação relativa sobrante” (idem, p. 53).

Aparecida buscou ajuda junto ao Município de Bagé. Foi na unidade do Banco de Alimentos de Bagé que garantiu sua alimentação desde que saiu da casa do sogro, em dezembro de 2021, indo alugar uma casa. Lá buscava mensalmente seu rancho.

Precisou procurar diversas vezes os órgãos responsáveis pelo CAD-Único⁹ para atualizar a renda que lá tinha cadastrado - do tempo em que trabalhava no PAC firmado entre SUSEPE e Prefeitura de Bagé, para poder assim se habilitar a um programa de transferência de renda- Auxílio Brasil. Mesmo havendo concluído seu cadastro no início de abril de 2022, até outubro de 2022, não estava recebendo o benefício. Como seu companheiro era contribuinte da Previdência Social, na condição de dependente dele, procurou a Defensoria Pública da União para pleitear judicialmente o auxílio-reclusão, encontrando muitas dificuldades para poder fazer seu pedido administrativo de concessão do benefício junto à autarquia federal (INSS), já que são muitos os documentos a serem apresentados, e o indeferimento deste, na esfera administrativa, é condição para ajuizamento de uma ação judicial. A não inclusão digital é apontada por Aparecida como um “empecilho” para o encaminhamento de seu requerimento. Também as dificuldades decorrentes do não-atendimento presencial quando realiza suas tentativas de requerimento pelo telefone 135.

Aparecida se queixa da inexistência de algum “auxílio” governamental que pudesse ajudá-la em seus empreendimentos prejudicados pela falta de capital para investimento.

Ainda que haja algumas ações que podem beneficiar a mulher egressa do sistema carcerário, percebe-se a inexistência de uma política social voltada a este público.

Assim, em vários momentos, nas entrevistas realizadas, Aparecida, diante da falta de perspectivas de trabalho, afirmava sua vontade de não retomar suas atividades relacionadas ao tráfico que se apresenta como um espaço de trabalho ou estratégia de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inegáveis os efeitos da prisão na vida dos indivíduos que passam por essa experiência, em especial as dificuldades enfrentadas para prover a própria sobrevivência dentro e fora dos muros e grades que separam dois lados de uma mesma sociedade. A

⁹ O cadastro único diz respeito a um: “conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza” utilizadas na implementação de políticas públicas como foi o bolsa família, auxílio emergencial e agora auxílio-brasil- programas de transferência de renda, disponível em <https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx#:~:text=%E2%80%8BO%20Cadastro%20Único%20é,%20melhoria%20da%20vida%20dessas%20famílias.> Acesso em 06/07/2022.

prisão ao reproduzir a desigualdade social, é lugar de gestão de classe, que é complementar ao mercado de trabalho e obedece à lógica da seletividade e isso se reflete do lado de fora do muro.

As mulheres que vivem a experiência do aprisionamento, constantemente são levadas a essa condição, motivadas, em um determinado contexto histórico e social, por sua própria situação de pobreza e necessidade, engrossando mais estatísticas que apontam para o aumento da população carcerária feminina, acabando por assumir uma nova forma de “ser” e “estar” no mundo. No cárcere, o cotidiano é marcado pela expectativa de um projeto de vida fora dele.

Da história contada pela interlocutora, depreende-se uma série de entraves que atravessaram/atravessam sua trajetória e que revelam a enorme dificuldade de reconstruir a vida, tais como: mobilidade limitada desde o momento que sai da prisão, ausência de documentos, vínculos afetivos frágeis, estigmatização e preconceito, falta de moradia, dificuldade de acesso a informações/inclusão em cadastros referentes a benefícios destinados a trabalhadores de baixa renda e a programa social de transferência de renda, falta de qualificação que reflete na diminuição das possibilidades de trabalho e geração de renda que efetivamente permitam sua reinserção social e econômica.

O pós-cárcere é permeado pela necessidade de criar estratégias para encobrir suas características de estigmatizada, ou seja, constantemente tem que burlar seu envolvimento com o crime e pela passagem pela prisão. A marca que carrega de ex-presidiária faz com que a punição se estenda para além do tempo vivido de reclusão, incluindo-se, ainda, maior dificuldade, quando se trata de mulher negra e pobre.

A busca cotidiana pela sobrevivência fora das atividades ilícitas ocorre sem o auxílio de políticas públicas de reabilitação, como se tal processo fosse de responsabilidade exclusivamente individual (dela) e não dever do Estado na agenda de prevenção a reincidência, viabilizando as condições mínimas de subsistência para egressos do sistema prisional.

Aparecida, em sua constante “adaptação”, na permanente “mobilização de suas atividades a partir do que tem”, sempre se preocupou com a questão financeira, “empresariando” formas para sobreviver, seja como dona de boate, de bares, confeccionando marmitas e salgados, criando bonecas de pano, agenciando lanches, fazendo faxinas ou vendendo produtos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Ouvir contar: **Textos em história oral**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. **Diferenças, desigualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009.

BAVON, Ana. **Marcadores sociais: o que são e como se relacionam, com estratégias de inclusão nas empresas.** B4 People, São Paulo, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://b4people.com.br/marcadores-sociais>. Acesso em: 02/07/2022.

BENDASSOLLI, P. F. Público, privado e o indivíduo no novo capitalismo. **Tempo Social; Revista de Sociologia**, USP, S. Paulo, 12(2): 203-236, novembro de 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 2^a Ed, São Paulo, Boitempo, 2021.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEITE, Elaine da Silveira; MÁXIMO e MELO, Natália. Uma nova noção de empresário: a naturalização do “empreendedor”. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 16, n. 31, p. 35-47, nov 2008.

LEITE, Márcia de Paula Leite; SALAS, Carlos. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n.1, 2014.

MARTINS, Barby de Bittencourt. (In)visibilidade das mulheres nas “novas” políticas sociais brasileiras. **Cadernos Pagu**, n.58, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil. Dados- **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58. Nº 1, p.79- 110, 2015.

SANTOS, Jessika Borges Lima; SILVA, Márcio Santana da. Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. **Revista Psicologia Política**, vol.19, n. 46, São Paulo, set/dez, 2019.

THEVENOT, Laurent. 1995. Cifras que falam: medida estatística e juízo comum. In: J. L. Besson, **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp. pp. 149-161.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CAPÍTULO 2

MODOS DE VER UMA IMAGEM: POSSIBILIDADES E USOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Data de aceite: 03/04/2023

Aline de Jesus Moraes

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ
Departamento de Ciências Sociais
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/2535591396912060>

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar análises sobre o uso de recursos imagéticos, mais especificamente a fotografia, na pesquisa e produção científica das ciências sociais. Trata-se de um estudo teórico de aspectos metodológicos característicos das pesquisas antropológicas e seus limites elaboradas por importantes pesquisadores sobre a temática. A partir de leituras consideradas clássicas no meio acadêmico e de um conjunto de artigos reunidos nos Cadernos de Antropologia e Imagem indagamos sobre as possibilidades e usos da fotografia na produção científica. Considerou-se a sua atualidade como recurso no processo descritivo, interpretativo, analítico e narrativo para a antropologia. Considerou-se a sua viabilidade enquanto produto, técnica e instrumento científico com base nos aspectos metodológicos de análise de

recursos visuais.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia e imagem; fotografia; metodologia científica.

**WAYS TO SEE AN IMAGE:
POSSIBILITIES AND USES IN
SCIENTIFIC PRODUCTION**

ABSTRACT: The article aims to present analyses on the use of imagery resources, more specifically photography, in research and scientific production of the social sciences. It is a theoretical study of methodological aspects characteristic of anthropological research and its limits elaborated by important researchers on the subject. From readings considered classic in the academic environment and from a set of articles gathered in the Anthropology and Image Notebooks we ask about the possibilities and uses of photography in scientific production. Its actuality was considered as a resource in the descriptive, interpretative, analytical and narrative process for anthropology. Its viability was considered as a product, technique and scientific instrument based on the methodological aspects of visual resource analysis.

KEYWORDS: Anthropology and image; photography; scientific methodology.

INTRODUÇÃO

Recentemente foram veiculadas em meios de comunicação de grande alcance imagens de situações extremas em que crianças e idosos oriundos de povos originários se encontravam em condição de penúria, famélicas, doentes. Imagens desse tipo chamam a atenção do cidadão comum acostumado a ver cenas do cotidiano no conforto de suas casas. Outra imagem que obteve muita repercussão com a sua divulgação foi aquela em que o novo governante do país aparece atrás de uma vidraça quebrada fazendo menção aos episódios de ataque aos prédios do centro político e administrativo em Brasília ocorridos em janeiro. Os registros visuais desses eventos são produtos de natureza diversa (fotografia documental e fotomontagem) e motivaram diferentes interpretações e discussões nos lares das pessoas comuns, nas escolas, nos meios de comunicação e nas universidades, por exemplo. Esses episódios chamam atenção para o potencial de produção e disseminação de sentidos pelos registros visuais.

Nesse trabalho pretende-se discorrer sobre as possibilidades e os limites de uso das imagens identificadas dentro das características da fotografia documental como instrumento de pesquisa antropológica. Entende-se por fotografia documental o registro fotográfico de uma determinada circunstância em um local e período determinados cuja intenção está associada a descrever aspectos das condições humanas ou territoriais, por exemplo. A estética documental parte do real para construir testemunhos de um tema social e histórico, como uma evidência fotográfica do mundo contemporâneo. Esse gênero fotográfico está atrelado à noção de real, uma imagem que atua como registro de um determinado evento, local, situação, indivíduo ou grupo.

Para além das impressões causadas pelas imagens a que nos referimos, esse trabalho busca encontrar nos aspectos técnico científicos de análise de registros visuais instrumentos de compreensão do processo de produção e de interpretação de fotografias considerando suas características na pesquisa antropológica.

LEITURAS CLÁSSICAS

Historicamente, fotografia e a antropologia, por exemplo, desenvolveram-se paralelamente, os contextos históricos de criação e desenvolvimento entre o fim do século XIX e começos do século XX as aproximam. Durante esse período e até a atualidade, a fotografia tem servido como instrumento de registro histórico-cultural e de análise, instigando reflexões teóricas (EDWARDS, 1995; PINNEY, 1995). Desde a sua invenção conforme nos aponta Walter Benjamin em “Pequena História da fotografia” esse novo instrumento de registro tornou-se objeto de usos sociais e políticos dos mais variados, até a sua industrialização e uso ampliado (NOVAES, 2004). Os cientistas sociais fotografam seus objetos de pesquisa, como método de pesquisa em campo, por exemplo, para observar e analisar, diferentes práticas, diferentes povos, em tempos e lugares diversos.

A fotografia pode ser considerada elemento fundamental para a reflexão das práticas e dos sentidos produzidos por aquele que observa e fotografa na pesquisa de campo. Elas podem servir como elementos de análise, no questionamento de teorias e das práticas referentes a sua utilização como objetos de pesquisa. Desde Franz Boas, a partir de 1883, a fotografia aparece como técnica de registro aliada ao caderno de anotações de campo, como possibilidade de aliar a informação visual ao texto escrito.

Margareth Mead, uma das alunas de Boas, teria sido a primeira antropóloga, a conamar antropólogos a investir em pesquisas de campo que incluíssem registros audiovisuais (MENDONÇA, 2006). Um de seus importantes trabalhos seria “*Visual Anthropology in a Discipline of Words*” artigo em que trata de aspectos metodológicos da disciplina antropologia, e em que descreve a câmera e demais equipamentos de registro audiovisual como instrumento para o fazer científico da antropologia. Nesse sentido, o texto acima referido serve como referencial para os estudos que se pretende desenvolver nesse trabalho e reforça a argumentação de que o uso e apropriação do registro visual traz em si importantes contribuições para a pesquisa e estudo de campo, bem como para o processo de interpretação e registro escrito.

Outro importante estudo de Margareth Mead em parceria com Gregory Bateson, seria “*Balinese character: a photographic analysis*” em que se procura concatenar dados de pesquisa por meio de registros verbal e visual, com a apresentação da descrição do contexto de captação dos registros, organização desses registros em pranchas e a análise/interpretação dos registros da pesquisa. Mead, interessava-se pelo estudo de como determinadas culturas lidam com predisposições, perceptíveis desde a infância, enquanto Bateson interessava-se por buscar definir como gestos, posturas, entonações representariam uma forma de compreender o conceito de ethos aplicados a uma determinada sociedade (NOVAES, 2015).

O objetivo da pesquisa empreendida por Mead era “compreender os modos e processos de socialização por meio dos quais uma criança nascida em Bali incorporava a cultura de seu povo e se tornava um autêntico balinês” pág.53 Nesse sentido, sua pesquisa se refere à educação das crianças por meio da cultura na sociedade balinesa. Desse modo, a análise do processo de elaboração da pesquisa e do registro visual, a organização dos elementos da pesquisa, o processo de elaboração do registro escrito concatenado ao registro visual, contribuem para que se pense sobre o fazer etnográfico. Ainda a partir desse estudo específico, pode-se inferir visões diferentes entre os pesquisadores sobre o uso da câmera nas pesquisas antropológicas. Para Bateson, seus registros fotográficos e filmicos seriam uma forma de arte. Mead entende que cada evento artístico seria único, enquanto em ciência, quando há uma teoria que subsidie as análises e interpretações decorrentes, em algum momento alguém poderia chegar a mesma descoberta ou ideia.

Margareth Mead e seus estudos se destacam como reconhecidas contribuições para esse campo de estudos sendo citados como referências em diferentes textos que

encontramos nesse processo inicial de revisão de literatura. Por esse motivo, entende-se que representariam também nesse trabalho importantes fontes de reflexões sobre a temática pesquisada.

Importantes pesquisadores e autores do campo de conhecimento das ciências sociais e ciências humanas desenvolveram em sua argumentação reflexões sobre as formas pelas quais a imagem e a ciência estariam presentes. O objetivo desse estudo não é apresentar um histórico do desenvolvimento desse campo de estudos no Brasil, mas pensar a partir das contribuições elaboradas por esses sujeitos.

Nesse sentido, muitos dos trabalhos produzidos e publicados tendo como elemento principal o estudo da imagem e da antropologia inscrevem modos de ver e pensar para a ciência (BARBOSA;CUNHA, 2006), isto é, para conferir científicidade a esse campo de estudos.

A FOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE SOCIAL: DA AMPLIAÇÃO DAS NARRATIVAS À APREENSÃO DOS SILENCIOS

Na literatura produzida por antropólogos a partir da segunda metade século passado encontram-se escritos em que os autores defendem a pertinência do uso da fotografia para análise da realidade por meio das imagens visuais (COLLIER JR, 1967) propondo possibilidades metodológicas e epistemológicas para tanto, assim como a legitimidade do campo de estudos da antropologia visual (KOURY, 2006).

Desse modo, a imagem fotográfica pode ser pensada como elemento de registro na pesquisa de campo, como produto do processo de pesquisa e como objeto de pesquisa para a posterior leitura de aspectos não identificados ou não registrados por meio do relato, por exemplo. A imagem fotográfica pode servir como elemento quantitativo pela produção e análise de séries documentais específicas, e ainda, na leitura qualitativa de aspectos selecionados pela visão do autor/pesquisador (MEAD; BATESON, 2009), (COLLIER,1967). Segundo autores que defendem essa perspectiva, o uso de imagens em série como instrumento de pesquisa bem como das técnicas de análise e interpretação de conjuntos de imagens, pode ser compreendida como uma das possibilidades do trabalho com o recurso imagético. Apesar disso, para cada objeto de pesquisa, de acordo com o recorte temporal e espacial, conforme o escopo específico do estudo haverá limites de sua utilização.

Os estudos de imagem vinculados a antropologia social constituem um campo de análise cujas possibilidades são diversas, buscando aliar a escrita e a imagem, isto é, a interpretação científica produzida por/nos discursos dos antropólogos, a imagem fotográfica e sua produção. (NOVAES, 2004) Por meio das imagens o antropólogo aproxima-se do real, a fotografia nesse sentido, não produz o real, mas cria uma imagem que permite ao sentido da visão perceber o que poderia passar despercebido, o que não seria visto (NOVAES, 2004). Assim, a percepção propiciada pela imagem seria semelhante a aquela propiciada pela descrição etnográfica, analítica, baseada no estranhamento do que julgamos conhecer.

De outro modo, enquanto produto industrializado, enquanto técnica, a fotografia foi rapidamente absorvida no sentido de sua ampla utilização para diferentes objetivos, inclusive para a racionalização burocrática da vida em sociedade. As fotografias seriam muito apreciadas, nesse sentido, porque oferecem informações, apresentam a possibilidade de inventariar o existente (SONTAG, 1977).

Se considerada enquanto técnica nos estudos em ciências sociais a fotografia deve ser pensada a partir das características específicas, como uma seleção do real feita pelo seu produtor, do contexto da produção do objeto fotográfico, de sua interpretação, e sobre o estudo das relações sociais por meio desse instrumento (MARTINS, 2018). E, nesse sentido, para o pesquisador é preciso conhecer e tratar das críticas e controvérsias relativas à qualidade sociológica do trabalho fotográfico e de seus limites. Porém, é preciso reconhecer o fato de que a informação contida na fotografia representa uma fina fatia de espaço e tempo. Dessa maneira, a fotografia poderia nos oferecer uma falsa impressão de que conhecemos o mundo pelo registro técnico da lente, apesar disso a fotografia revela elementos, a compreensão de um estrato da realidade a partir da imagem fotográfica guarda relação com análises e reflexões fundadas quando se rejeita a simplicidade do aparente.

Desse ponto de vista, os trabalhos produzidos na perspectiva de instrumentalização por meio da imagem tratam das relações entre o documento visual (fotografia) como fonte de estudo e a produção escrita decorrente da sua interpretação, como exercício científico (LEITE, 1998). A leitura e interpretação da fotografia exige mais que um texto escrito para a sua compreensão e decodificação, por exemplo, sendo necessário considerar o produtor da fotografia, as pessoas retratadas, o que as pessoas retratadas gostariam que aparecesse, o que o fotógrafo entende ser o ângulo de visão mais adequado ou o que considera melhorar seu produto. A fotografia seria um produto de escolhas, estratos de realidades, um recorte selecionado pelo fotógrafo, ampliado no tempo e no espaço, uma perspectiva artificial. Nesse sentido, passa-se a tratar de buscar elementos para conhecer o real representado na imagem fotográfica, de modo a buscar perceber elementos da construção e da desmontagem da imagem fotográfica e seu conteúdo enquanto representação e documento visual.

Dessa maneira, pode-se atentar para a possibilidade de criação/ficção a partir da imagem fotográfica, de um lado, e de outro modo, do aspecto documental de um estrato de uma determinada realidade (KOSSOY, 1999). Desde muito tempo, historiadores recorrem ao uso das imagens em seus trabalhos, compreendendo os registros visuais fotográficos como documentos históricos, registros de um tempo espaço determinado, marcado pelas condições e configurações sócio-históricas. Desse modo, trata-se o registro visual fotográfico como fonte histórica, isto é, como um estrato do real circunstanciado de onde se pode obter informações e com o qual se pode inferir a respeito do seu tema e de seu conteúdo (LE GOFF, 2013; KOSSOY, 2014).

A partir da perspectiva teórico-metodológica questiona-se a noção de construção de

conhecimento por meio de modelos e classificações e de uso da dimensão imagética como documento da “realidade objetiva” ou como simples ilustração de textos escritos, ressalta-se a “importância de dedicar maior atenção aos significados culturais engendrados pelas imagens, bom como às formas de produção e a leitura dessas imagens são mediadas” (BIANCO, 1998). De modo que seria necessário treinar o olhar para que se revele da imagem o seu conteúdo, e ainda, é necessário que se tenha um certo nível de compreensão de aspectos sociais e culturais mais amplos relacionados a imagem, por exemplo (LEITE, 1998).

Desde muito tempo, especialmente a antropologia, tem feito uso da imagem como recurso e objeto na pesquisa científica para análise de aspectos sociais e culturais de diferentes povos, etnias e populações. O estranhamento produzido pelas imagens de lugares distantes e formas de viver diversas daquelas que o mundo ocidental estava habituado despertava o interesse e incentivou a produção desses estudos. Os registros de imagens nesses trabalhos podem ser entendidos como possibilidades de ampliação das narrativas do mundo a ser conhecido, da vida a ser compreendida em sua diversidade de práticas sociais, dos modos de habitar e estar em comunidade (BRANDÃO, 2004).

Mais recentemente, é possível encontrar trabalhos científicos que utilizem o recurso da imagem fotográfica para a produção de estudos que contemplam aspectos da cultura e da sociedade contemporânea nos centros urbanos, nas periferias, e mesmo no mundo rural (MARTINS, 2021). Os estudos produzidos tendo como objeto aspectos de práticas sociais, de grupos ou segmentos sociais, de localidades e espaços cuja proximidade é característica se mostram como desafios em termos de análise e produção de narrativas (VELHO, 1978). O sentido do desafio para quem produz estudos sobre aspectos do que lhe é conhecido estaria relacionado a necessária indagação sobre os próprios supostos e noções para o tratamento de informações e dados coletados de modo a refletir sobre o processo de elaboração da teoria e da escrita do estudo científico.

Ao pensar o estudo científico com o recurso à iconografia como caracterizado por seu aspecto interpretativo se faz necessária a preocupação com a científicidade do trabalho. Nesse sentido, um dos limites para esse tipo de trabalho é a crítica às próprias pré-noções daquele que pesquisa. Para esse pesquisador, deveria haver o cuidado com o estranhamento produzido por questionamentos para além do aparentemente conhecido para criar um certo grau de distanciamento entre o objeto de estudo e o/a pesquisador/a. Nesse sentido, é possível relacionar a noção de caráter interpretativo do trabalho de pesquisa com o uso da fotografia em seus aspectos descritivo, analítico, interpretativo e narrativo com a finalidade de se desdobrar em produção de uma leitura, isto é, de uma compreensão aproximada ou approximativa em relação ao seu objeto de estudo, mas não definitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo empírico é percebido por algum esquema de representação ou imagem, por meio do qual o estudo científico toma seu ponto de partida, mesmo que inicialmente, o pesquisador não conheça muito detidamente o problema social em questão ou a esfera da vida social que pretende conhecer. É a partir dessa noção inicial que são selecionados os objetos da pesquisa, os meios para obtenção dos dados, as relações que se pretende estabelecer e as proposições que fundamentam as análises da pesquisa. Há ainda as teorias e noções circulantes em um determinado meio profissional e as ideias particulares sobre como deve ser o sentido e o mundo empírico elaborado com o resultado na pesquisa a ser desenvolvida. Segundo Becker(1995), seriam essas as imagens ou noções iniciais que orientam a pesquisa, as perguntas realizadas, e as respostas que consideramos plausíveis. É a partir de então, do desenvolvimento desse trabalho de coleta, análise, elaboração e reelaboração que se originam as representações chamadas científicas, aceitas e referenciadas em um meio profissional, por exemplo. De que modo e porque uma determinada forma de representação é considerada adequada tem relação com questões referentes a saberes/fazeres e com formas específicas de contar/narrar por meio da ciência.

Nesse sentido, entende-se que a fotografia possui importante potencial nas produções científicas por sua característica de registro visual, por seu aspecto descriptivo-narrativo, seu potencial criativo e discursivo. Desse modo, o estudo realizado objetivou identificar e refletir sobre os aspectos teórico metodológicos do recurso ao registro fotográfico como técnica, produto e instrumento em sua relação com a antropologia nas pesquisas científicas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. *Antropologia e imagem*. Ciências Sociais. Coleção Passo a Passo. Vol.68. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2006.
- BECKER, Howard. Explorando a sociedade fotograficamente. Cadernos de Antropologia e Imagem. *Antropologia e fotografia*. vol. 2, pág. 95-98 (1995)
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: *Walter Benjamin. Magia e Técnica. Arte e Política*. Obras escolhidas. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1985. Pág. 91-107.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fotografar, documentar, dizer com a imagem. Cadernos de Antropologia e Imagem. *Fotografia, cinema e internet*. vol. 18, pág. 27-53 (2004)
- COLLIER, Jr.,John. (1973). *Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPUEDUSP.
- EDWARDS, Elizabeth. Antropologia e fotografia. Cadernos de Antropologia e Imagem. *Antropologia e fotografia*. Rio de Janeiro. vol. 2, pág. 11-27 (1995)

Fotografia documental. In: ENCICLOPÉDIA. Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo14342/fotografia-documental>. Acesso em: 07 de outubro de 2021. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2014. 184 págs.

_____. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Ed., 1999. 152 págs.

_____. O paradigma da fotografia. Acessível em: <http://www.boriskossoy.com/textosselecionados>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Os pesquisadores frente a um olhar e ao uso da fotografia nas ciências sociais no Brasil. Cadernos de Antropologia e Imagem. Estratégias de pesquisas com imagens. Rio de Janeiro, vol. 22 pág. 45-56 (2006)

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. IN: *História e memória*. 7º Ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

LEITE, Miriam Moreira. Texto visual e texto verbal. IN: BIANCO, Bela Feldman, LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (Orgs). *Desafios da imagem. Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1998. Pág. 37-49

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MEAD, Margareth. "Visual anthropology in a discipline of words." IN: HOCKINGS, Paul.(Org) *Principles of Visual Anthropology*. 3rd. Ed. De Gruyter Mouton. USA, 2009. E-book. Acessível em: Principles of Visual Anthropology (degruyter.com)

MENDONÇA, João Martinho de. O uso da câmera nas pesquisas de campo de Margareth Mead. Cadernos de Antropologia e Imagem. Estratégias de pesquisas com imagens. vol. 22, pág. 57- 75 (2006)

NOVAES, Sylvia Caiuby [et al.] (orgs). *Escrituras da imagem*. São Paulo: Fapesp: Edusp, 2004.

_____. (Org) *Entre arte e ciência. A fotografia na antropologia*. São Paulo: EDUSP, 2015.

PINNEY, Christofer. A história paralela da antropologia e da fotografia. Cadernos de Antropologia e Imagem. Antropologia e fotografia. vol. 2, pág. 29-52 (1995)

SCHERER, Joanna. Documento fotográfico: fotografias como dado primário na pesquisa antropológica. Construção e análise de imagens. Cadernos de antropologia e imagem. Vol. 3. Pág. 69-83. (1996)

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira – *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

CAPÍTULO 3

O PAPEL DOS PAIS NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL

Data de aceite: 03/04/2023

Adriana da Silva Esquiavan

Secretária Executiva. Advogada.

Especialista em Nutrição e Educação Nutricional pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP) – Estude Sem Fronteiras. Ex-Ex-Assessora da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0002-6124-9980>

Adelcio Machado Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento ela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Pós-Doutor pela UFSC. Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp)
<https://orcid.org.0000-0003396-972X>

do corpo humano. Construir hábitos alimentares saudáveis é assertivo para evitar danos irreversíveis a saúde, os hábitos dos pais tendem a ser copiado pelos filhos em suas práticas diárias. A maioria dos pais apresentam dificuldade de identificar os problemas alimentares nos membros da família. Os maus hábitos alimentares adquiridos na infância serão repetidos na fase adulta. Diante dessa situação, mostra-se necessário haver mais esforços por parte dos nossos gestores, com a implantação de programas educacionais voltados para a família e a escola, através de políticas públicas, ou ampliação de ações intersetoriais que repercutam de forma positiva sobre os determinantes de saúde e nutrição.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Família. Alimentação.

RESUMO: A prática de hábitos saudáveis em relação à alimentação, que vai desde o aconselhamento, processos educativos, apoio e motivação pelos pais. O estudo apresenta como objetivo identificar o papel dos pais na alimentação infantil. A alimentação é a ferramenta fundamental para o bom desenvolvimento e manutenção

THE ROLE OF PARENTS IN CHILD FEEDING

ABSTRACT: The practice of healthy habits regarding food, which ranges from counseling, educational processes, support and motivation by parents. The study aims to identify the role of parents in infant feeding. Food is the fundamental tool for the proper

development and maintenance of the human body. Building healthy eating habits is assertive to avoid irreversible damage to health, and parents' habits tend to be copied by children in their daily practices. Most parents have difficulty in identifying eating problems in their family members. The bad eating habits acquired in childhood will be repeated in adulthood. Given this situation, it is necessary to have more efforts by our managers, with the implementation of educational programs aimed at the family and school, through public policies, or expansion of intersectoral actions that have a positive impact on the determinants of health and nutrition.

KEYWORDS: Childhood. Family. Nutrition.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui um emaranhado de legislações que tem origem no cenário legislativo do Congresso Nacional, são atos que atendem as demandas sociais e econômicas e visam assegurar os processos ligados as várias áreas do país. As legislações abrangem os conceitos de direitos fundamentais dos cidadãos e sua devida efetivação em procedimentos aplicados nos âmbitos (público e privado) que venham garantir o seu restabelecimento, sua devida recuperação e a estabilidade governamental. (CÂMARA DE DEPUTADOS, 2023).

No atual cenário brasileiro, as políticas públicas do país vêm sendo tratadas com muita ênfase, na aplicação de modelos organizacionais eficientes e coordenados sob a responsabilidade das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), renovando e formulando propósitos de universalidade de saúde e bem-estar coletivo.

Sobre o tema, Chiavenato (2000, p. 1) descreve: “A administração pública trata do planejamento, da organização, da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorram dentro de uma organização”.

No Brasil, a partir da promulgação da Lei 1.920/1953, foi criado o Ministério da Saúde (MS), objetivando suprimir todos os percalços que estão relacionados aos problemas de saúde dos indivíduos. (BRASIL, 1953).

No caminhar da história, no ano de 1990, a Lei 8.080, conhecida como a “Lei do Sistema Único de Saúde (SUS)”, foi aprovada no país, apresentando-se a partir de seus textos, modelos de enfrentamento para promover a proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. (BRASIL, 1990a).

O conceito de saúde pública vai ao encontro da busca incessante pela proteção à saúde dos indivíduos e reduzir os riscos de adoecer. A ideia de estar saudável vai além de não ser acometido por algum tipo de enfermidade, pois ela transcende outros aspectos, tais como: congênitos, genéticos, sociais, ambientais e psicológicos, que se relacionam à história de vida de cada indivíduo. (CARRAPATO *et al.*, 2017). A atenção nutricional no SUS promove práticas alimentares saudáveis, para a prevenção e o cuidado de doenças e agravos relacionados à alimentação e nutrição. (BRASIL, 2023).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), foi aprovada em 1999, garantindo os direitos à saúde e a alimentação saudável. O Ministério da Saúde (MS),

traçou no PNAN, as seguintes diretrizes:

- a) Organização da atenção nutricional;
- b) Promoção da alimentação saudável e adequada;
- c) vigilância nutricional e alimentar;
- d) Gestão das ações de alimentação e nutrição;
- e) Participação e controle social;
- f) Qualificação da força de trabalho;
- g) Pesquisa e inovação e conhecimento em alimentação e nutrição;
- h) controle e regulação dos alimentos. (BRASIL, 2023).

Salienta-se que a gestão pública da área da saúde é responsável por todos o gerenciamento dos projetos e atividades em hospitais e em todas as instituições de saúde públicas do país. Ela abrange o controle de gastos, o monitoramento e a organização de processos e a gestão de pessoas, recursos e de todos os insumos ligados a esta área. (SANTOS, 2020).

É de ressaltar que, é de total responsabilidade do Estado promover o direito humano oportunizando à alimentação adequada de nossas crianças, aplicando políticas públicas de nutrição, criando-se diálogos intersetoriais para sua plena implementação e efetivação de suas ações sociais. (TREMÉA *et al.*, 2020; FERNANDES, 2020).

Cabe aos pais, com seu comportamento alimentar e nutricional, influenciar o comportamento alimentar dos filhos, principalmente na infância. A infância é a fase da experimentação nutricional e alimentar, os aprendizados nessa fase podem determinar os hábitos saudáveis em relação a alimentação na fase adulta. (SILVA *et al.*, 2021).

Ademais, mostra-se que existem inúmeras opções para a prática de hábitos saudáveis em relação à alimentação, que vai desde o aconselhamento, aplicação de processos educativos, apoio e motivação por parte dos gestores e profissionais de saúde na aplicação de medidas que se voltem para a eliminação ou redução da desnutrição e obesidade infantil.

O estudo apresenta como objetivo identificar o papel dos pais na alimentação infantil.

DESENVOLVIMENTO

A alimentação e a nutrição é um fenômeno que evolui paralelamente a história do homem. Inicialmente, realizava-se o extrativismo, consumindo o que era coletado na natureza, como frutos, folhas, raízes e tubérculos. O consumo da carne de animais selvagens e de peixes acontece com o processo da caça e da pesca. Paralelamente, a evolução e a fixação do homem na terra, e as evoluções tecnológicas, se inicia o plantio, colheita, armazenamento, refrigeração e à distribuição dos alimentos. (MONTANARI, 2003).

A alimentação é a ferramenta fundamental para o bom desenvolvimento e

manutenção do corpo humano. Construir hábitos alimentares saudáveis é o meio mais assertivo para evitar danos irreversíveis a saúde do homem em todas as etapas do ciclo vital. Muitos fatores contribuem para a construção de hábitos saudáveis ao longo da vida como, imagem corporal, valores socioculturais, convivências sociais, situação financeira, alimentos *in natura*, mídia, etc. (CONCEIÇÃO *et al.*, 2022).

Segundo Dutra; Malagoli (2019), hábitos alimentares saudáveis são cultivados desde a infância, influenciado pelas experiências alimentares positivas, observação dos costumes alimentares de pais e da família, alimentação no ambiente escolar, alimentos consumidos no meio social, entre outros. Os alimentos (frutas, verduras, legumes, sementes e temperos) são capazes de promover a saúde, prevenir as doenças e tratar as doenças e deficiências (vitaminas) de origem alimentares. Cada alimento possui propriedades próprias, estimulando efeitos diferentes em nosso corpo.

A diminuição ou ausência dessas propriedades presentes nos alimentos consumidos podem ocasionar uma deficiência no sistema imunológico, ocasionando as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como anemia, hiperlipidemias, avitaminoose (pelagra, beribéri, xeroftalmia, entre outras), desnutrições, etc. Quando associada a falta de atividade física pode desencadear obesidade, diabetes e hipertensão. (CONCEIÇÃO *et al.*, 2022).

Na fase lactente, especialmente nos primeiros 180 dias de vida da criança, o recomendável é o leite materno exclusivo. O leite da mãe possui propriedades únicas, entre nutrientes, imunomoduladores e protetores, atendendo a todas as necessidades alimentares, protetoras imunológicas, de crescimento, digestória, entre outras, necessárias na etapa de vida inicial. (ALCÂNTARA; ALMEIDA, 2020).

A autora, ainda informa, que após o período de lactação se inicie a introdução alimentar, com alimentos pastosos, raspados (maçã) ou amassado (banana). São 3 a 5 refeições diárias entre os 6 aos 11 meses, entre papas e leite. Entre 8 a 9 meses a criança insere-se nos hábitos alimentares da família, evitando consumo excessivo de gorduras e sódio. No período, a criança aprende os primeiros hábitos, alimentares, horários das refeições e o ritmo de deglutição. (ALCÂNTARA; ALMEIDA, 2020; LOPES, 2021).

Segundo o Guia de Alimentar para a População Brasileira (2019), os grupos alimentares são quatro a saber, *in natura/minimamente processados*, ingredientes culinários, alimentos processados e alimentos ultraprocessados. (BRASIL, 2019). Conforme a seguir:

- a) *In natura/minimamente processados* – são os alimentos retirados diretamente do meio ambiente como, ovos, folhas, frutos, legumes, etc. Entram nessa categoria os alimentos que passam por um processo mínimo de processamento, como é o caso do feijão (secagem), leite (pasteurização), arroz (polimento), café (moagem), óleo (extração), carne (refriamento), entre outros.
- b) Ingredientes culinários – incluem os temperos e ingredientes retirado dos alimentos para preparação de outros alimentos. As ervas como, alecrim, salsa, cebola verde,

coentro, são alguns exemplos.

c) Alimentos processados – alimentos produzidos pelas industrias, recebendo adição de sal ou açúcar. Aqui estão os legumes em conserva, as frutas enlatadas, queijos, etc.

d) Alimentos ultraprocessados – os alimentos que passam por várias etapas na indústria como, processamentos, refinamento e adição de componentes. Como exemplos podemos citar, pizza congelada, macarrão instantâneo, salgadinhos, refrigerantes e biscoitos.

Nas lições trazidas por Abreu (2010), a família é considerada como sendo o primeiro refúgio e o principal agente de integração de estilo de vida a ser copiado pelos seus membros, por meio de suas próprias práticas diárias. A grande maioria dos pais apresentam dificuldade de identificar os problemas alimentares nos membros da família. É bem verdade que no século XXI, com o advento da *internet*, a correria desenfreada do dia a dia, a falta de tempo, onde os indivíduos vem ganhando mais espaço no mercado de trabalho, somam a estatística de mudanças de hábitos diários por parte dos indivíduos.

Os maus hábitos alimentares adquiridos durante a infância com certeza será repetidos na fase adulta. Quanto resultado mais cedo se iniciarem modificações nesses hábitos, a promoção da saúde e diminuição dos riscos as DCNT persistiram na fase adulta. (MAHMOD *et al.* 2021).

Os pais apresentam comportamentos diferentes em relação a alimentação dos filhos, independente de suas características socioculturais. O mais comum é o autoritário (controle parental alimentar) associado ao controle, restrição e pressão em relação ao consumo alimentar. O democrático ou negligente é o comportamento alimentar sem controle a qualidade e a quantidade de alimentos ingerido pelos filhos, os pais não exigem responsabilidade ou disciplina alimentar. Abreu (2010) chama atenção que ambos os comportamentos podem resultar em consequências negativas para as crianças.

Há, também, o comportamento da vigilância alimentar ou controle discreto. Os pais exercem o controle parcial dos alimentos ingeridos pelo filhos. E o comportamento indulgente, onde os pais apresentam pouca interatividade com os filhos. A alimentação é a resposta a uma necessidade básica, sem fundamentos emocionais. (DANTAS; SILVA, 2019).

O ideal é o oferecimento do alimento, entre frutas e vegetais, e que as crianças comam, reconhecendo os estímulos para iniciar, manter e terminar as refeições. Devemos ter cuidado para evitar a modelagem parental, utilizando os alimentos como castigo, controle emocional ou chantagem emocional pelos pais ou família. (ABREU, 2010; DANTAS; SILVA, 2019).

O comportamento alimentar tem início na infância se desenvolvendo, ao longo da vida, influenciado pelo meio social e cultural, além de fatores genéticos e ambientais. O aleitamento materno exclusivo, a introdução de alimentos variados e as condições

socioeconômicas das famílias influenciam nesse caminho. (DANTAS; SILVA, 2019).

Quando os pais expõe as crianças a alimentação inadequada (alimentos ultra processados) ou sem nenhum consumo de legumes, frutas, vegetais, verduras, etc., é levá-las para o caminho da desnutrição ou da obesidade, e consequentemente, ao acometimento de inúmeras doenças. Para Leão *et al.* (2022) essa situação é de total responsabilidade dos pais, que, neste caso, é classificada como “negligência”.

O direito a vida, a saúde e o acesso a uma boa alimentação é condição elementar para todos os indivíduos. No que tange os direitos assegurados as nossas crianças e adolescentes, em nossa Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, estabelece:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

CAPÍTULO VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSOS

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligéncia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

O Código Civil Brasileiro, em seus artigos 1556, IV e art. 1.634, I, estabelecem:

LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

CAPÍTULO IX

Da Eficácia do Casamento

Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges:

[...].

IV- sustento, guarda e educação dos filhos; [...]. (BRASIL, 2002).

E, no art. 1634, I:

SUBTÍTULO II

Das Relações de Parentesco

[...].

Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

[...].

I- dirigir-lhes a criação e a educação; [...]. (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). (BRASIL, 2014a).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, denominado (ECA), criado no ano de 1990, em seus artigos 3, 4, 7 e 22, também associa a responsabilidade aos seus pais e tutores e ao Estado, ao estabelecer que:

LEI 8.609, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências [...].

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, sem prejuízo da proteção integral de que lhes trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de igualdade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990b).

[...].

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento saudável e harmonioso, em condições dignas de existência. (BRASIL, 1990b).

[...]

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. (BRASIL, 1990b).

E ainda, o Código Penal Brasileiro, estabelece crime de maus tratos nos seguintes termos:

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

CAPÍTULO III

DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Maus-tratos

Art. 136- Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina: (BRASIL, 1940).

Sabemos que os pais exercem uma forte influência sobre a ingestão de alimentos de seus filhos. Portanto, se eles possuem e praticam maus hábitos alimentares nos primeiros anos de vida dos seus filhos, reduzem a qualidade de vida e o futuro das crianças. A consequência desse desastre, é, sem sombra de dúvida, o aumento substancial da desnutrição, obesidade infantil e as DCNT que assola todo o mundo. (LOPES, 2021).

Segundo Shikasho (2022) são os pais os verdadeiros influenciadores e responsáveis pela maioria das práticas alimentares de seus filhos. Também é verdade suas condutas realizada nas escolhas dos alimentos (saudáveis ou não) e também na sua quantidade e qualidade, são fatores que aumentam e interferem no comportamento alimentar. (SILVA *et al.*, 2016).

Dessa monta, se torna elementar que haja um efetivo comprometimento e conscientização dos pais e da família para as mudanças dos hábitos alimentares, sem causar prejuízo a saúde física e mental das crianças, garantido a máxima manutenção de sua vida plena.

Maus hábitos alimentares adquiridos e aplicados pelos indivíduos têm levado a sua saúde aos extremos. (SOUZA *et al.*, 2021). É bem verdade que a formação das escolhas alimentares de uma criança está diretamente relacionada à rotina familiar. Afinal, os pais são as primeiras referências de contato com os alimentos, onde aprendem os hábitos praticados pelos adultos.

Para Vieira *et al.* (2019), há inúmeros fatores que interferem de forma muito particular para o aumento da obesidade infantil, que abrange o excesso do consumo de produtos industrializados, a vida sedentária da população em geral, a falta de conhecimento por parte de seus responsáveis e até o convívio de nossas crianças em ambientes destrutivos e com sérios problemas de ordens sociais, econômica e psicológicos.

Crianças e adolescentes filhos de pais com transtorno como a ansiedade e o estresse tendem a aprender que os alimentos são uma forma de conforto e consolo no consumo de alimentos, especialmente os gordurosos e ricos em açúcar. Com o passar do tempo, sofrem mais risco em desenvolver obesidade, resistência à insulina, esteatose hepática, entre outros problemas. (NICODEMOS *et al.* 2021).

O consumo de alimentos industrializados vem sendo utilizado cada vez mais no cardápio alimentar diário dos indivíduos. (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Essa mudança vem sendo associada a forte conotação dada pelas mídias sociais, influenciando de forma negativa o seu consumo, afetando diretamente a saúde de toda população, e, em especial, das nossas crianças.

Com certeza visualizamos a influência parental nos hábitos alimentares de seus filhos. Adotar hábitos saudáveis na escolha dos alimentos e a realização das refeições em família pelo menos uma a duas vezes ao dia, auxiliam a modelar os hábitos alimentares das crianças e da família. Um momento de interação emocional, alimentar e social, de proteção e de acolhimento, importante na vida das crianças. (MAHMOD *et al.* 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se paramos para pensarmos o quanto os alimentos influenciam a nossa vida, é só abrirmos nossos armários e verificarmos o quanto de produtos industrializados estão à

disposição. As crianças esperam que os alimentos lhe deem brindes, as mídias influenciam as compras dos alimentos pelos pais. Porém, dentro das embalagens (produto) mora o perigo. A quantidade de açúcar, sódio, gorduras, corantes, são deixadas de lado, aos olhos dos seus pais. Os padrões alimentares seguem uma marca global na direção do consumo diário de alimentos ultraprocessados, cada vez mais ricos em carboidratos, calorias, óleos e açucares, levando nossas crianças a obesidade infantil.

É bem verdade que no século XXI, com o advento da *internet*, a correria desenfreada do dia a dia, a falta de tempo, onde os indivíduos vem ganhando mais espaço no mercado de trabalho, somam a estatística de mudanças de hábitos diários por parte dos indivíduos. A alimentação que antes era realizada e celebrada em família, hoje se resume na ida aos restaurantes de *fast food*, rodízios, lanches recheados com molhos e temperos, ou ainda por meio dos sistemas de tele entregas, entre outros.

Os alimentos *in natura* ou minimamente processados devem compor cada vez mais os alimentos a serem oferecidos às crianças. A realização de refeições em família é uma maneira de proteção à saúde das crianças. Pelo menos uma a duas vezes ao dia, as refeições em família aproximam pais e filhos, protegem e acolhem com alimentos que promovam saúde e previnem as doenças.

As prevalências de inadequação de ingestão de micronutrientes são altas e refletem a baixa qualidade da dieta do brasileiro. Não podemos deixar ainda de relatar, que a falta da prática de exercícios físicos só aumenta a estatística da incidência da obesidade.

Diante dessa situação, mostra-se necessário haver mais esforços por parte dos nossos gestores, com a implantação de programas educacionais voltados para a família e a escola, através de políticas públicas, ou ampliação de ações intersetoriais que repercutam de forma positiva sobre os determinantes de saúde e nutrição, mostrando suas causas e efeitos, com apoio a disseminação de cuidados com a saúde, através de políticas que se voltem a prática de padrões alimentares saudáveis e a prática regular de atividade física.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. **Obesidade infantil:** abordagem em contexto familiar. 2010. Monografia (Especialista em Nutrição) - Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2010. Obesidade infantil: abordagem em contexto familiar. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54610/3/136640_1002TCD02.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

ALCÂNTARA, K. R.; ALMEIDA, S. G. **Alimentos ultraprocessados com altos teores de açúcar nos hábitos alimentares de lactentes.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2020.

BRASIL. Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940. Código penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 23911, 31 dez. 1940.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 13193, 29 jul. 1953.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao1988. Acesso em: 1 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 18055, 20 set. 1990a.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de jul. de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, n. 135, p. 13.563, 16 jul. 1990b.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil brasileiro, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 11 jan. 2002.

BRASIL Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 2, 23 dez. 2014.

Brasil. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília : Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 2, 23 dez. 2014a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da PNAN: política nacional de alimentação e nutrição. **aps. saude**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/politicas/pnan/diretrizes>

CONCEIÇÃO, E. M. S. M.; SILVA, J. P.; AGRIPINO, J. L. S.; PFINGSTAG, K. F. F.; FERREIRA, M. D.; LIMA, R. K. DA C. Hábitos alimentares saudáveis na educação infantil. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, v. 8, n. 1, p. 1781–1800, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4098>. Acesso em: 7 jan. 2023.

DANTAS, R. R.; SILVA, G. A. P. O papel do ambiente obesogênico e dos estilos de vida parentais no comportamento alimentar infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 37, p. 363-371, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/dg3NhhpRT7NMrlMxdnW737vM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2023.

DUTRA, G.; MALAGOLI, L. A construção de um hábito alimentar saudável desde a educação infantil. **Revista gepesvida**, v. 1, n. 9, p. 115-129, 2019.

CÂMARA DE DEPUTADOS. O que é legislação. **câmara.leg**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/normativas/oqueelegislacao.html#:~:text=Em%20resumo%2C%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20de,para%20assegurar%20estabilidade%20governamental%20e>. Acesso em: 5 jan. 2023.

CARRAPATO, P.; CORREIA, P.; GARCIA, B. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. **Saúde Soc.**, v. 26, n. 3, p. 676-689, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2017.v26n3/676-689/pt>. Acesso em: 7 jan. 2023.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FERNANDES, R. A. U. O direito humano a alimentação adequada e saudável e a política da assistência social: reflexões sobre a integração entre os sistemas a partir da percepção dos/as trabalhadores/as do SUAS. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 31, n. 2, p. 241-263, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/9851/5857>. Acesso em: 7 jan. 2023.

LEÃO, J. I. S.; QUEIROZ, M. F. M.; FREITAS, F. M. N. O.; FERREIRA, J. C. S. Formação de hábitos alimentares na primeira infância. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 7, pág. e47711730438-e47711730438, 2022.

LOPES, L. S. **Formação de hábitos alimentares na primeira infância**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2021.

MAHMO, L.; FLORES-BRRANTES, P.; MORENO L. A.; MANJOS, Y.; GONZALEZ-GIL, E. M. The influence of parental dietary behaviors and practices on children's eating habits. **Nutrients**, v. 30, n. 13, p. 1138, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/13/4/1138>. Acesso em: 7 jan. 2023.

MONTANARI, M. **História da alimentação**. 9. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

NICODEMOS, M.; SPREGHINI M. R.; MANCO, M.; SFORZA, R. W.; MORINO, G. Childhood Obesity and covid-19 lockdown: remarks on eating habits of patients enrolled in a food-education program. **Nutrientes**, v. 13, n. 2, p. 383, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/13/2/383>. Acesso em: 7 jan. 2023.

VIEIRA, M. L. R.; OLIVEIRA, J. C. S.; MELLO, A. P. Q. Aspectos sociais na formação dos hábitos alimentares de crianças. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 33, p. e809-e809, 2019.

SANTOS, L. S. Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 909-922, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/rap/a/QDkMz3Q5s8bYWrvT8wM656k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2023.

SHIKASHO, M. N. **Estilo alimentar parental e percepção das mães sobre o estado nutricional de seus filhos**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curo (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2022.

SILVA, G. A. P.; COSTA, K. A. O.; GIUGLIANI, E. R. J. Infant feeding: beyond the nutritional aspects. **J. pediatr**, n. 92, v. 3 suppl. 1, p. 52-57, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/H8MdrrDbRRBRLMnNG85Q99Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2023.

SILVA, C. R. E.; BARBOSA, K. R. B.; SANTANA, T. N. G.; GRATÃO, L. H. A.; GOIS, B. P. Influência dos pais sobre o hábito alimentar na infância: Revisão Integrativa. **Enciclopédia Biosfera**, v. 18, n. 37, p. 286-299, 2021.

SOUZA, J. J.; CORDEIRO, K.; GROSSI-MILANI, R.; GREINERT, B. R. M. Vínculos familiares e obesidade na adolescência: um estudo de caso. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, v. 18, n. 38, p. 85-95, 2021.

TREMÉA, E.; SCHAUERICH, A. C. S.; SILVA, E. K. S. O direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional no contexto das políticas alimentares brasileiras. **Revista Quero Saber**, v. 1, n. 2, p. 13-33, 2020. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/200>. Acesso em: 7 jan. 2023.

CAPÍTULO 4

A TRÍADE RELIGIOSIDADE, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS: DIÁLOGO COM PROFESSORAS MEMBROS DA CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL (CCB)

Data de aceite: 03/04/2023

Marcelo Máximo Purificação

Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Coimbra - Portugal e em Formação de Professores e Gênero pela Escola Superior de Educação – Politécnica de Coimbra – Portugal. Doutor em Ensino (UNIVATES), Doutor em Educação (ULBRA) e Doutor em Ciências da Religião (PUC- Goiás). Professor titular na Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES), professor permanente nos seguintes Programas de Pós-graduação: PPGED-UEMS, PPGE-FacMais e MPIES-UNEB

Elisângela Maura Catarino

Pós-Doutora em Educação Especial pela Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC-PT). Doutora em Educação pela ULBRA. Doutora em Ciências da Religião pela PUC-Goiás. Professora Titular C-II na Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES)

Maria Luzia da Silva Santana

Doutora e Mestra em Psicologia pela Universidade Católica do Brasil (UCB). Professora Adjunta na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Filomena Teixeira

Doutora em Didática pela Universidade de Aveiro - Portugal. Professora Adjunta da escola Superior de Educação de Coimbra ESEC-Portugal

Este texto em sua primeira edição, foi publicado na Revista Religare, v.15, n.2, dezembro de 2018, p.670-686.

RESUMO: As transformações advindas da luta pelo respeito à diversidade, incluindo questões de gênero e tolerância religiosa, levaram a este diálogo sobre a construção da identidade de professoras pentecostais da Congregação Cristã do Brasil (CCB), com base na tríade religiosidade, gênero e direitos humanos. Este artigo tem como objetivo refletir sobre o significado das práticas pedagógicas de professoras membros da Congregação Cristã do Brasil (CCB) no que diz respeito aos temas que permeiam a religiosidade. Este estudo qualitativo envolveu 6 (seis) professoras participantes da Congregação Cristã do Brasil que, sorteadas, responderam perguntas enquanto apresentavam simultaneamente o universo pentecostal

por e-mail. A análise dos resultados pautou-se no aporte teórico sobre direitos humanos, interculturalidade, religiosidade e gênero, que permitiu uma leitura interpretativa dos significados expressos pelas participantes, que apontaram a dificuldade de trabalhar com a diversidade em sala de aula, principalmente quando se trata de questões de afro-religiões, sexualidade, drogas e outros temas transversais. Portanto, é importante discutir essas questões para consolidar a inclusão e a tolerância às diferenças, com base no respeito e na dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos; Gênero; professoras; Religiosidade.

ABSTRACT: The transformations arising from the struggle for respect for diversity, including issues of gender and religious tolerance, led to this dialogue on the construction of the identity of Pentecostal teachers of the Christian Congregation of Brazil (CCB), based on the triad religiosity, gender and rights humans. This article aims to reflect on the meaning of the pedagogical practices of teachers who are members of the Christian Congregation of Brazil (CCB) with regard to themes that permeate religiosity. This qualitative study involved 6 (six) teachers participating in the Christian Congregation of Brazil who, drawn, answered questions while simultaneously presenting the Pentecostal universe via email. The analysis of the results was based on the theoretical contribution of human rights, interculturality, religiosity and gender, which allowed an interpretive reading of the meanings expressed by the participants, who pointed out the difficulty of working with diversity in the classroom, especially when it comes to Afro-religious issues, sexuality, drugs and other cross-cutting issues. Therefore, it is important to discuss these issues to consolidate inclusion and tolerance of differences, based on respect and human dignity.

KEYWORDS: Human rights; Gender; teachers; Religiosity.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada pela complexidade e fluidez dos tempos modernos, cenário que colabora para a construção identitária plural de indivíduos, marcada pelas diferenças de gênero, hábitos, língua e religião, presentes no contexto escolar, Zanatta (2013) discutindo sobre diversidade religiosa e sua importância na sala de aula, salienta que a questão religiosa aparece relacionada às grandes guerras e inúmeros conflitos sociais, exerce intervenção sobre o comportamento social da maioria das pessoas e tem estreita relação com a vida familiar, escolar, social e política.

Quanto à interface entre religião e escola, não há um aprofundamento histórico dessa discussão ou “um olhar atento às características culturais dos professores e dos alunos brasileiros, nem à sua subjetiva religiosidade” (VALENTE, 2018, p. 108). A religião no contexto escolar se faz presente através de diferentes maneiras, até mesmo mediante a religiosidade individual do docente (VALENTE, 2018). Cabe pontuar a diferença entre religião e religiosidade. A religião, de caráter institucional, institui categorias de pensamento e de julgamento, indica maneiras de ação e uma única “verdade”, absoluta e inquestionável, que se situa além do material, natural, concreto e finito (VALENTE, 2017).

A religião é uma forma cultural, isto é, produto histórico-social da religiosidade. Ela formaliza e consagra os laços sociais, reforçando-os e (re)ligando os indivíduos. Além disso, ela organiza a vida coletiva para dar segurança na manutenção das relações sociais, com base na proposição de um modo de ser e em uma ordenação ou categorização do mundo e da experiência humana. Pode-se dizer que a religião é o aspecto estrutural da religiosidade (VALENTE, 2018, p. 120).

As religiões são tidas como elemento de civilização ao criar estruturas que possibilitariam a vida em grupo, como as interdições, os tabus, os mitos e leis; contudo, ao longo do processo civilizatório, houve transformações de ideais, valores, normas e de conhecimento em permanente construção (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 2014).

Nota-se que o saber religioso contém elementos simbólicos que influenciam a sociedade que o caracteriza e estrutura, sendo referenciais usados pelas pessoas e grupos sociais para (re) construir sua existência e dar respostas às distintas situações e desafios do cotidiano. Porém, historicamente, o convívio entre pessoas com crenças e convicções religiosas diversas tem sido caracterizado por “conflitos e imposições, negações e invisibilizações, preconceitos e discriminações, muitas vezes legitimadas por representações sociais equivocadas, rotuladoras e exotizadoras da (des) crença do Outro” (CECCHETTI; OLIVEIRA, 2015, p.185).

A construção de um ambiente escolar tolerante quanto à diversidade religiosa requer o conhecimento das religiões como fenômeno sempre presente nas diferentes culturas, nos diversos percursos históricos e que contêm crenças com características próprias de sua civilização, que motiva a sintaxe de um convívio afetuoso, reflexivo a respeito das diferenças religiosas, com o resgate da proposta ética e moral (MILANI, 2013). Esse olhar para as questões religiosas na educação encontra eco no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) ao reconhecer que a educação contribui para “exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades” (BRASIL, 2006).

Ainda segundo Brasil (2006):

fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas (idem, p. 24). 18. desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e aquelas alvo de discriminação por motivo de gênero, de orientação sexual e religiosa, entre outros e seguimentos geracionais e étnico-raciais (idem, p. 29).

Candau (2008) discutindo algumas questões relativas à importância da(s) cultura(s) nas sociedades atuais, situa a relevância do discurso dos direitos humanos e da perspectiva intercultural do multiculturalismo nesse contexto, assinalando alguns desafios considerados relevantes para trabalhar as relações entre educação intercultural e direitos humanos, que

busque articular a igualdade e diferença, no sentido de trabalhar a igualdade na diferença, que objetive superar a desigualdade e, simultaneamente, reconhecer as diferenças culturais, o que implica a ação voltada aos direitos humanos, o que requer o exercício do diálogo intercultural (CANDAU, 2008).

Corroborando, (CECCHETTI; OLIVEIRA, 2015) apontam que:

É notório que cabe à educação, especificamente às instituições educativas, favorecer a formação cidadã, que potencialize as habilidades, capacidades e atitudes para o respeito e convívio com a diferença, incluindo a diversidade religiosa, de identidade, de gênero e étnica. No que se refere à educação no viés do respeito à diversidade religiosa, estás e constituindo como um meio para o término de conflitos religiosos, violações dos direitos humanos e desrespeito à liberdade de pensamento, consciência, religião ou qualquer convicção. Mas, para promover a liberdade religiosa e os direitos humanos, é necessário o desenvolvimento de práticas pedagógico-didáticas que despertem para o exercício da sensibilidade diante de qualquer discriminação religiosa no trato cotidiano, no respeito à identidade na alteridade, no encontro com as diferentes expressões religiosas, ateias ou agnósticas (p.189).

A promoção dos direitos humanos implica em reconhecer a diversidade cultural, sendo que a construção de práticas educativas pautadas na educação intercultural contribuirá para isso, haja vista sua proposta de convívio em sociedades plurais, o que “requer um aprendizado para a convivência na pluralidade e um exercício permanente de respeito à dignidade e os direitos humanos” (REZENDE JR, 2013, p.4). A perspectiva intercultural da educação pressupõe o reconhecimento do outro, o diálogo entre os distintos grupos socioculturais, visando“ à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade” (CANDAU, 2008, p.54).

A análise das questões históricas ligadas à religião denuncia que, na trajetória institucionalizada das grandes religiões, constata-se que as lideranças femininas foram inferiorizadas, reforçando o imaginário social de que a mulher religiosa deve estar sempre a serviço da superioridade religiosa masculina. Com o advento da modernidade, das lutas e consequentemente das conquistas pelo direito de igualdade de tratamento entre os gêneros, em vários segmentos constatam-se avanços significativos. No entanto, em nosso cotidiano ainda convivemos com as relações de poder quanto ao gênero que perpassam vários setores e segmentos da sociedade contemporânea, reforçando o preconceito e estereótipos, firmando um modelo de contrato sexual nas relações sociais em que o masculino é historicamente reconhecido como normativo (SCOTT, 1990).

Percebe-se a importância de discursos de gêneros no contexto religioso, ou que perpassem a “religião” – que é vista como uma construção sociocultural, interlaçada em transformações sociais, que culminam em relações de poder, de classes, gênero, raça/ etnia (SOUZA, 2006). Por isso, qualquer estudo que navegue por esse oceano de trocas simbólicas e de jogos de interesses deve observar os “territórios”⁵ envolvidos e seus contextos, seus significados para o capital cultural de indivíduos que, de forma (in)direta,

contribuem para a reconstrução de hábitos sociais.

As transformações decorrentes da luta pelo respeito à diversidade, incluindo as questões de gênero e a tolerância religiosa, instigaram esse diálogo acerca da construção da identidade de professoras pentecostais da Congregação Cristã do Brasil (CCB), a partir da tríade religiosidade, gênero e direitos humanos. Assim, este artigo tem o objetivo de refletir sobre os significados das práticas educativas de professoras que são membros da Congregação Cristã do Brasil (CCB) quando essas envolvem temas que perpassam a religiosidade.

2 I METODOLOGIA

Este estudo põe em tela uma questão singular, qual seja, a tríade religiosidade, gênero e direitos humanos propondo um diálogo através da pesquisa qualitativa. Para Minayo (2001, p. 22) essa modalidade de pesquisa estuda um nível de fenômeno não quantificado, “ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 22).

Este estudo aborda as questões de gênero, buscando colocar em diálogo os direitos humanos e a religiosidade, tendo como recorte o pentecostalismo. Para isso, contou com 6 (seis) professoras partícipes da Congregação Cristã do Brasil, escolhidas aleatoriamente da mesma região [sudoeste de Goiás], porém de cidades diferentes.

As participantes responderam aos questionamentos e, ao mesmo tempo, apresentaram o universo pentecostal mediante uma entrevista via correio eletrônico. A sistematização e análise dos resultados dessa pesquisa, utilizou o aporte teórico acerca dos direitos humanos, interculturalidade, religiosidade e gênero, que ancorou teoricamente a discussão do relato e as explicitações das participantes, possibilitando uma leitura interpretativa dos significados expressos por elas.

3 I DESENVOLVIMENTO - EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE

As religiões, enquanto organizações, são marcadas por uma visão fundamentalista que se materializa na limitação de espaços/ações das mulheres nesses contextos. Embora sabendo do seu papel e de suas contribuições históricas no decorrer do desenvolvimento da humanidade, percebe-se as religiões como instituições diversas e conflitantes. Nesse cenário de complexidade, a teologia feminista vem ganhando cada vez mais espaços. Cobra-se a equiparação de tratamento entre os sexos nas estruturas organizacionais das religiões, mas para alguns, trata-se de um ideal utópico, uma vez que já está arraigado em hábitos milenários.

No cenário atual, a sociedade e o Estado têm novas configurações, dentre as quais

a necessidade de repensar o papel das mulheres nesses espaços. Tivemos pequenos, porém significativos, avanços em vários cenários sociais, onde as mulheres passaram a ocupar espaços até então vistos como masculinos. No entanto, no cenário religioso ainda continuamos estagnados, a mulher continua ocupando espaços minoritários, numa posição de servidão e inferioridade.

Percebe-se que, mesmo em posições hierárquicas inferiores, as mulheres da Congregação Cristã do Brasil, desenvolvem importantes ações como agentes de execução/confirmação dos ideais institucionais, principalmente a perpetuação da formação educacional moral do indivíduo. Para início do diálogo acerca das questões de gênero no universo das religiões, foi proposto o seguinte questionamento: como mulheres e homens são tratados nas religiões?

Tomando por base algumas fundamentações religiosas, percebe-se uma posição verticalizada na relação homem e mulher, na qual a mulher ocupa espaços inferiores aos do homem. A primeira questão discutida foi: quem é a mulher na Congregação Cristã do Brasil? Como resposta tivemos:

“[...] a mulher na CCB é um ser atuante, tem espaço no ‘ministério da música’ como organista durante as celebrações, pode fazer parte do ministério das ‘irmãs da piedade’ que visitam as famílias, no intuito de atendê-las socialmente, as funções principais são dos homens, e nós entendemos isso, pois é um costume cultural” (Cf. entrevistada 4).

É histórico o desequilíbrio de direitos e de espaços que liga gênero e religião. Rey (2003) explica que: “parte do pensamento ocidental onde se edifica o pensamento de [que o homem é] um sujeito ideal, cuja construção interlaça as esferas da ética, política e religião. Um sujeito privilegiado por seus aspectos biológicos, a viver tudo aquilo para o qual fora criado, sujeito capaz de dominar o mundo e a si mesmo”.

Na linha dos nossos questionamentos perguntamos: qual a simbologia do véu? A resposta dada pela colaboradora 2, foi: “se você pegar a doutrina da CCB, ou ler nas páginas eletrônicas de nosso movimento, encontrará a resposta. Pois essa é uma das indagações que mais ouvimos” (Cf. entrevistada 2). Esse relato foi endossado pela descrição:

“Toda mulher que ora ou profetiza com a cabeça descoberta, desonra sua própria cabeça”; dessa forma, quando a mulher não se cobre com o véu, estará proclamando através desse ato exterior que está desonrando o homem a quem está sujeita “porque a mulher é a glória do varão” (v.7); porque foi tirada do homem e criada para o homem (Gn 2:18-24). A glória da mulher é o cabelo dado como véu (v.14).¹

A resposta que a entrevistada deu para a questão deixa explícita uma naturalidade na prática do uso do véu. No entanto, essa representação pode ser interpretada como o espaço atribuído à mulher de subordinação, limitação de suas funções nesse contexto religioso.

¹ <https://bereiano.wordpress.com/2011/04/28/fundamento-do-veu-r-cardoso/> Acessado em 12/05/2017.

Compreendo o sujeito a partir da subjetividade² defendida por Rey (2003), percebe-se que “o princípio racional das crenças, que esteticamente colocam esses sujeitos, de gêneros diferentes, em contextos opostos, numa separação clara entre o indivíduo e o social”. Historicamente, a mulher, no universo religioso, sempre esteve em situação de submissão ao homem, ou sob ordem hierárquica do poder masculino.

A terceira questão foi: Porque a mulher da Congregação do Brasil não pode cortar o cabelo, usar maquiagem, usar joias e calças? Secamente respondeu a entrevistada 1: “a resposta está em 1 Pedro 3.3 – ‘Não seja o adorno da esposa o que é exterior, como frisado de cabelos, adereços de ouro, aparato de vestuário’ e 1 Timóteo 2.9: - ‘Da mesma sorte, que as mulheres, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleira frisada e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso” (Cf. entrevistada 1).

Na linha dessas ideias, encontramos em Bourdieu (2003) uma explicação para o discurso religioso e suas implicações na subjetividade do ser. Para o autor o discurso religioso reproduz processos capazes de criar configurações e métodos, a partir do simbolismo explícito na comunicação do conhecimento. Isso, pode ser uma via/um meio de transformar as experiências particulares em atos pretensamente universais, que geralmente vem arraigados de preconceitos capazes de inferiorizar ou imobilizar outras experiências sociais.

Os resultados da pesquisa reiteram a ideia de que a percepção individual do mundo é influenciada pelo grupo. Isso pode ser observado mediante as falas das participantes desse estudo, retificando que aquilo que o grupo aprova ou valoriza tende a ser selecionado na percepção pessoal; já o que é rejeitado ou indiferente aos valores do grupo tem menor possibilidade de ser selecionado pela percepção do sujeito – e se for significativa para o sujeito, este o guarda para si ou o elabora de forma a adaptá-lo aos valores grupais, seja de forma lúdica, simbólica ou distorcida, no intuito de evitar a censura coletiva³.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No cenário atual o multiculturalismo é visto como um estrado teórico e político que tenta apresentar respostas práticas a esse conturbado contexto social que é (in) diretamente influenciado pela diversidade cultural, esbarrando muitas vezes em situações de preconceito, discriminação e na difícil tarefa de se entender as inúmeras identidades que povoam os territórios plurais da sociedade contemporânea. Aprendemos, durante o processo de formação, que um desses territórios diversos e plurais é a escola e seus contextos e aprendemos, enquanto professores, que é necessário e urgente dialogar acerca da educação intercultural, tendo em vista a pluralidade cultural existente nesse contexto.

2 Subjetividade como sendo, “um sistema complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação”.

3 Sônia Regina Rocha Rodrigues, disponível em <http://www.qdivertido.com.br/verartigo.php?codigo=57>, acessado em 15/05/2017.

A cultura é a lente pela e com a qual vemos o mundo, que inclui costumes, tradições e valores que corroboram para a construção da identidade dos indivíduos; por isso, o “fazer”, “o expressar” e “o comportar-se” são, muitas vezes, traços e marcas indeléveis da cultura. Por isso, num território diverso e plural, temos que refletir acerca do preconceito e da intolerância que são observados em nosso meio e que podem aparecer em forma de humilhação “imposta para com aquele que é ‘diferente’. [...] No momento em que alguém é humilhado, discriminado, agredido devido a sua cor ou a sua crença, ele tem seus direitos constitucionais, seus direitos humanos violados” (REZENDE JR, 2013, p.4).

A interculturalidade deve perpassar todos os âmbitos da sociedade, principalmente o currículo escolar que colabora com a formação integral do ser. A religiosidade deve ser problematizada pelos professores e demais autores do contexto da escola, considerando-se aí a diversidade religiosa, numa “interculturalidade religiosa, (esta) entendida como uma atividade que se vive e se estabelece não como mera transmissão de missão, mas como encontros de uma diversidade que se manifesta no espaço público ou em qualquer espaço”. (REZENDE JR, 2013, p. 9).

5 I CONCLUSÃO

O discurso religioso fundamenta-se na crença em um conteúdo revelado e preservado em escrituras com cunho sagrado. Nesse universo, as identidades de gênero, alinhadas ao discurso religioso, fundamentam-se do retorno ao passado, no intuito de buscar respostas que justifiquem as ações executadas no presente (HALL, 2006).

Essa pesquisa de cunho qualitativo teve o objetivo de refletir sobre os significados das práticas educativas depor professoras que são membros da Congregação Cristã do Brasil (CCB) quando essas envolvem temas que perpassam a religiosidade. Os dados possibilitaram sugerir que a cultura religiosa à qual as participantes estavam subordinadas é um dos elementos fundantes de suas identidades. Essa interpretação é pautada em quatro elementos: (i) a religião enquanto agente cultural, (ii) a religião enquanto fonte de propagação cultural, (iii) a religião como elemento de construção do espectador cultural e (iv) a religião e o alienado cultural. Talvez esses liames, que gravitam em torno da cultura, ajudem a explicar e compreender comportamentos sociais.

Ainda no eixo da educação, as participantes relataram a dificuldade em trabalhar a diversidade em sala de aula, principalmente quando estão em pauta questões ligadas às religiões afro, à sexualidade, às drogas e outros temas transversais. Assim, é importante uma abertura para a inclusão e a tolerância, calcadas no respeito à diferença e na dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, J. Lindgren (2005) **Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade**. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (2003), Os Direitos Humanos como tema global. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003.
- _____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. 4^a edição. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República: Brasília, 2006.
- _____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.
- CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.37, pp.45-56. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005>.
- CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lílian Blanck de. **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/268/129> Acesso em: 20 maio 2017.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. **A formação do professor de ensino religioso: o impacto sobre a identidade de um componente curricular**. Pistis&Praxis, Teol. Pastor, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 587- 609, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://db.gper.com.br/nep/2014/09/0000002020-01-B4004238-PISTIS 12773.PDF> Acesso em: 20 maio 2017.
- MILANI, NoeliZanatta. **A escola a favor da diversidade religiosa: importância dessa abordagem em sala de aula**. XI EDUCERE, Congresso Nacional de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/ANALIS2013/pdf/9410_4926.pdf Acesso em: 10 de jan. de 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- REY, G. F. L. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

REZENDE JR, Jose. **Diversidade religiosa e direitos humanos**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/promocao-edefesa/publicacoes-2013/pdfs/diversidade-religiosa-e-direitos-humanos>
Acesso em: 20 maio 2017 SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, **Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões**. Pro-Posições, Campinas, v. 29, n. 1, p. 107-127, Abr. 2018 . Disponível em: Acesso em: 29 abril 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0108>

VALENTE, Gabriela Abuhab. **Uma religiosidade na prática docente**. Rev. Bras. Estud. Pedagog. Brasília, v. 98, n. 248, p. 198-211, janeiro de 2017. Disponível: Acesso em: 10 de dezembro de 2017. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rtep.98i248.2874>.

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior -UNIFIMES - Pós-Doutor pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE-UC Portugal (Área de concentração: Educação Superior e Políticas Educacionais), Professor Investigador - 2014-2016 -, supervisionado pela Dra. Teresa Pessoa; Pós-Doutor - pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - IP-ESEC-Portugal (Área de concentração: Formação de Professores, Identidade e Gênero) Professor Investigador - 2017- 2021 -, supervisionado pela Dra. Filomena Teixeira. Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) -, (Área de concentração: Alfabetização Científica e Tecnológica) pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES, 2018-2022), Doutor em Ciências da Religião (Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade, na linha: Religião e Movimentos Sociais) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - (PUC-Goiás, 2010 - 2014) e Doutor em Educação (Área de concentração: Estudos Culturais, na linha: Currículo, ciências e tecnologias) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2020-2023). Mestre em Teologia: Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/UFRGS, 2008) e Mestre em Ciências da Educação (UEP, 2009). Possui formação multidisciplinar com graduação em: Ciências Sociais (Faculdade Única), Filosofia (FBB), Matemática (UEG) e Pedagogia (ICSH). Especialista em - Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior (UNIFIMES), Docência do Ensino Superior (UCAM) e em Matemática (ICSH). Atualmente é Professor Titular C-II da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES, 2014-) onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação, vinculado a Unidade Básica das Humanidades e Professor (P-IV Padrão E) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC, 1999 -) atuando no componente curricular de Matemática. Atua também como docente permanente nos seguintes programas Stricto Sensu: Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba), na Linha 1, formação docente e diversidade (cooperação técnica), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEBA) (Colaboração Técnica), na linha 2 Novas Formas de subjetivação e organização comunitária. Orientou: 1 tese de doutorado, 15 dissertações de mestrado, 20 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 113 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 9 trabalhos de iniciação científica. Atualmente orienta: 8 dissertações de mestrado, 1 trabalho de conclusão de curso, 1 projeto de iniciação científica e supervisiona 1 projeto de pós-doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa (NEPEM); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no Interior do Amazonas (IFAM). Associado à ANPED/Nacional. Associado à APEDUC -

Associação Portuguesa para o Ensino das Ciências. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica da Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do comitê científico da Editora Atena (2019 -) e da editora Publishing (2020-); Editor-chefe da revista científica Novas Configurações Diálogos Plural (2020-). Avaliador do Guia da Faculdade (2020-). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois blocos temáticos: I PROCESSOS EDUCATIVOS: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II DIVERSIDADE: Estudos Culturais, Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, juventude, Religiosidade e Cultura. (Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas e/ou manteve vínculos em trabalhos científicos: (Argentina, Alemanha, Colômbia, Cuba, Espanha, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal, México, Moçambique e Uruguai).

ELISÂNGELA MAURA CATARINO – Pós-doutorado em Educação pela Escola Superior de Educação de Coimbra - ESEC/PT (2017-2019) sob a orientação da Dra. Fátima Neves. Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (2020-). Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO (2005 - CAPES 5) na Linha de Pesquisa Religião e Movimentos Sociais. Mestra em Teologia com especialização em Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST/UFRGS (2010 - Conceito 5 CAPES). Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (2007) e Docência do Ensino Superior pela FAMATEC (2012). Licenciada em Língua Portuguesa e inglesa e suas respectivas licenciaturas, pela Universidade Estadual de Goiás (2004) e Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas - ICSH (2003). É servidora pública da Secretaria Estadual de Educação de Goiás - SEDUCE (1999 - Professora P-IV) e da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (2015 - Professora Titular - CII), onde atua como professora na Pós-graduação e nos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia, Pedagogia, Educação Física e Psicologia. Colíder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Processos Educativos e Inclusão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa NEPEM/UNIFIMES/CNPq. Professora colaboradora no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atualmente trabalha com as seguintes temáticas: Literatura. Linguagem. Educação e Diversidade e Educação Especial com foco nos surdos.

MARIA FIOMENA RODRIGUES TEIXEIRA – Doutora em Didática pela Universidade de Aveiro em Portugal. É professora – coordenadora na Escola Superior do Instituto Politécnico de Coimbra e membro efetivo do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Professores da Universidade de Aveiro. É, desde 2010, coordena na Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), do Mestrado em Educação para Saúde. Tem experiência na área da

SOBRE OS ORGANIZADORES

Sexualidade e Educação em Sexualidade. De entre as unidades curriculares que leciona na ESEC, salienta, Sexualidade e Saúde (Licenciatura em Educação Básica); Sexualidade, Saúde e envelhecimento (Licenciatura em Gerontologia Social); Sexualidade, Saúde, Cultura e Media (Mestrado em Educação para Saúde). É, desde 2012, professora visitante da UNESP, Araraquara, SP/Brasil, na Pós-Graduação em Educação Sexual.

A

Alimentação 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32
Antropologia 1, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20
Atividades ilícitas 11

C

Comunicação 14, 39

D

Desigualdade social 11
Direitos humanos 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42
Diversidade 18, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44

F

Família 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31
Fotografia 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

G

Gênero 1, 7, 14, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 44

I

Imagen 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24
Inclusão 1, 2, 3, 10, 11, 12, 34, 35, 40, 44
Infância 15, 21, 23, 24, 25, 31, 32, 43, 44

J

Julgamento 34

L

Luta 33, 37

M

Mulher 1, 3, 4, 6, 7, 10, 11, 36, 38, 39
Mulheres egressas 1, 2, 10

P

Pensamento 34, 36, 38
Pobre 11
Políticas públicas 1, 2, 10, 11, 21, 22, 23, 29
Pós-cárcere 11
Prisão 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Professoras 33, 34, 37, 40

R

Reabilitação 11

Religiosidade 33, 34, 35, 37, 40, 42, 44

Respeito 10, 17, 26, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 40

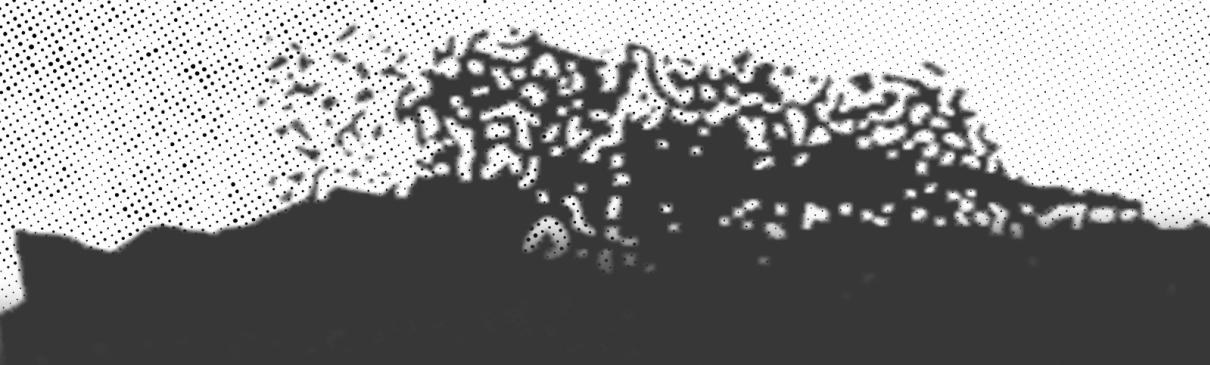
S

Sistema carcerário 1, 2, 10

Sobrevivência 9, 10, 11

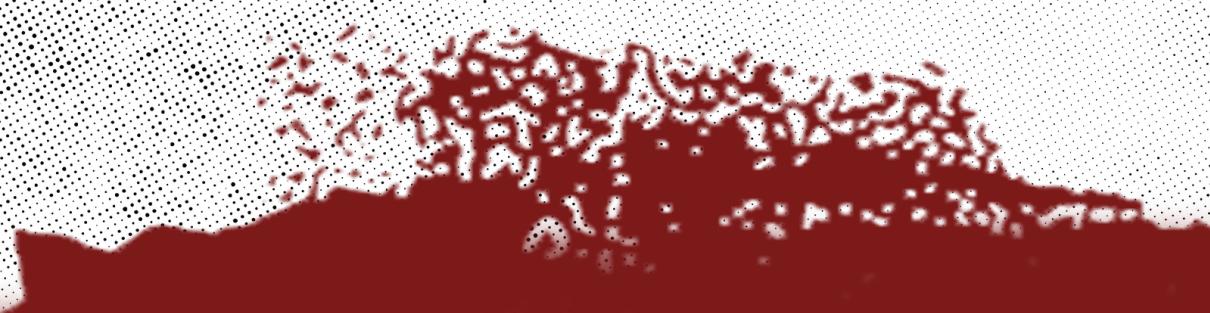
Sociedades 35, 36

-
- 🌐 www.atenaeditora.com.br
 - ✉️ contato@atenaeditora.com.br
 - 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 - ⬇️ www.facebook.com/atenaeditora.com.br
-



A ANTROPOLOGIA E O ESTUDO DOS GRUPOS SOCIAIS

-
- 🌐 www.atenaeditora.com.br
 - ✉️ contato@atenaeditora.com.br
 - 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 - ⬇️ www.facebook.com/atenaeditora.com.br
-



A ANTROPOLOGIA E O ESTUDO DOS GRUPOS SOCIAIS
